



2015

RELATÓRIO E CONTAS

CONDURIL

RELATÓRIO E CONTAS

2015

ÍN-
DICE
2015

CAPÍTULO

01

04

A Conduril

CAPÍTULO

02

10

Informação Corporativa

CAPÍTULO

03

14

Relatório de Gestão

CAPÍTULO

04

22

Demonstrações Financeiras e Anexo

CAPÍTULO

05

54

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

CAPÍTULO

06

58

Certificação Legal das Contas

01



A CONDURIL

RELATÓRIO
E CONTAS
2015

“NÃO HÁ VENTOS
FAVORÁVEIS
PARA QUEM NÃO
CONHECE O SEU
RUMO”

Sêneca



Conservatória do Registo Comercial de Valongo
Capital Social: 10.000.000 euros
NIF: 500 070 210
Alvará nº 568

Visão

A Conduril desenvolve toda a sua atividade no domínio da Engenharia Civil e o seu objetivo principal, quer em termos técnicos quer em termos económicos, é ser (e ser reconhecida pelo mercado como tal) uma das melhores empresas portuguesas de engenharia com, simultaneamente, as seguintes características:

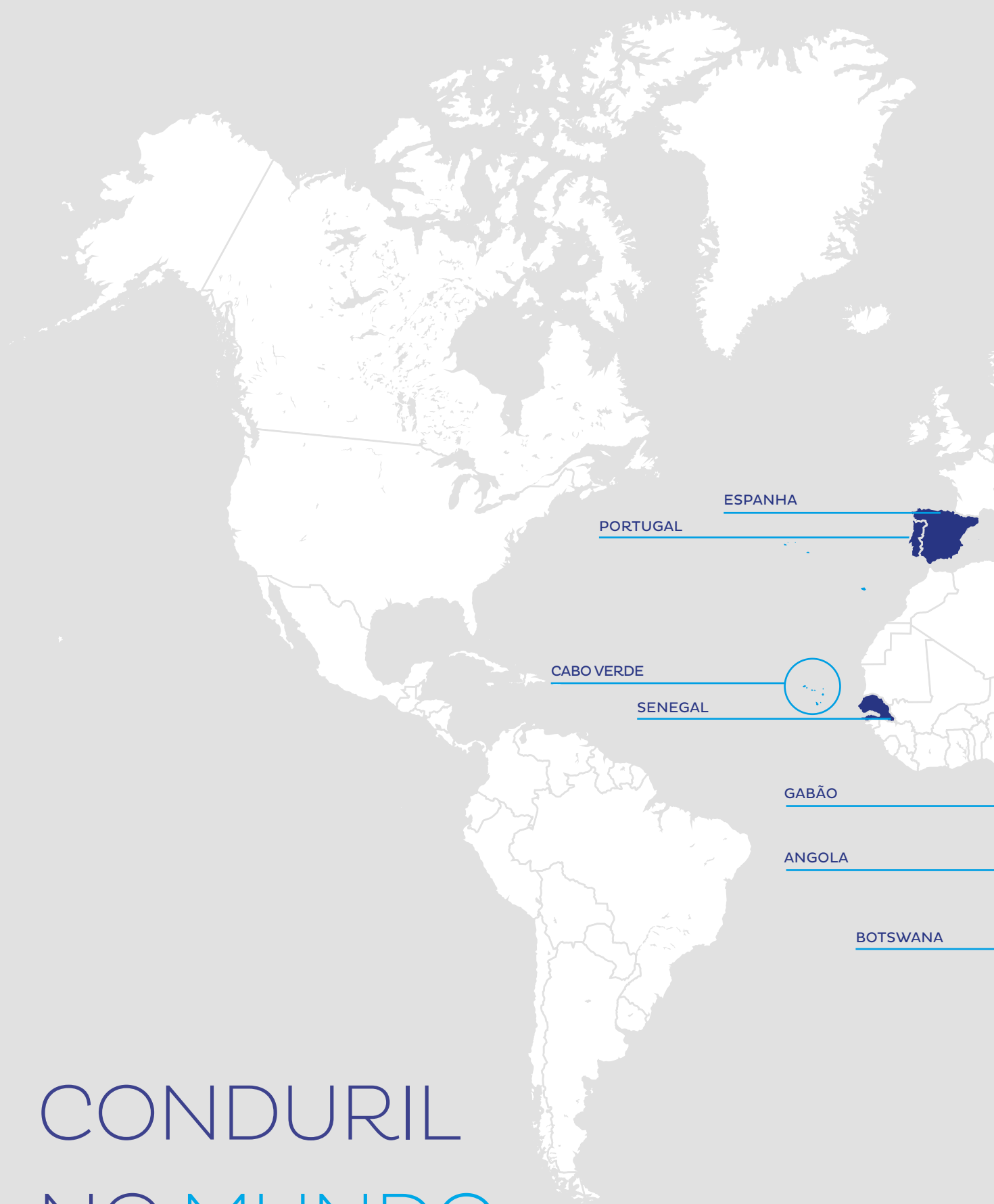
- Ser uma grande empresa à escala nacional em termos técnicos e económicos, capaz de dar resposta a qualquer obra de engenharia civil quer no mercado nacional quer no estrangeiro.
- Ser, em termos do número total de pessoas no ativo, a nível nacional, uma média empresa, flexível, capaz de responder às diversas solicitações do mercado, e com uma grande capacidade técnica capaz de, além do mais, ter uma sólida base de apoio à sua atuação no estrangeiro.

Missão

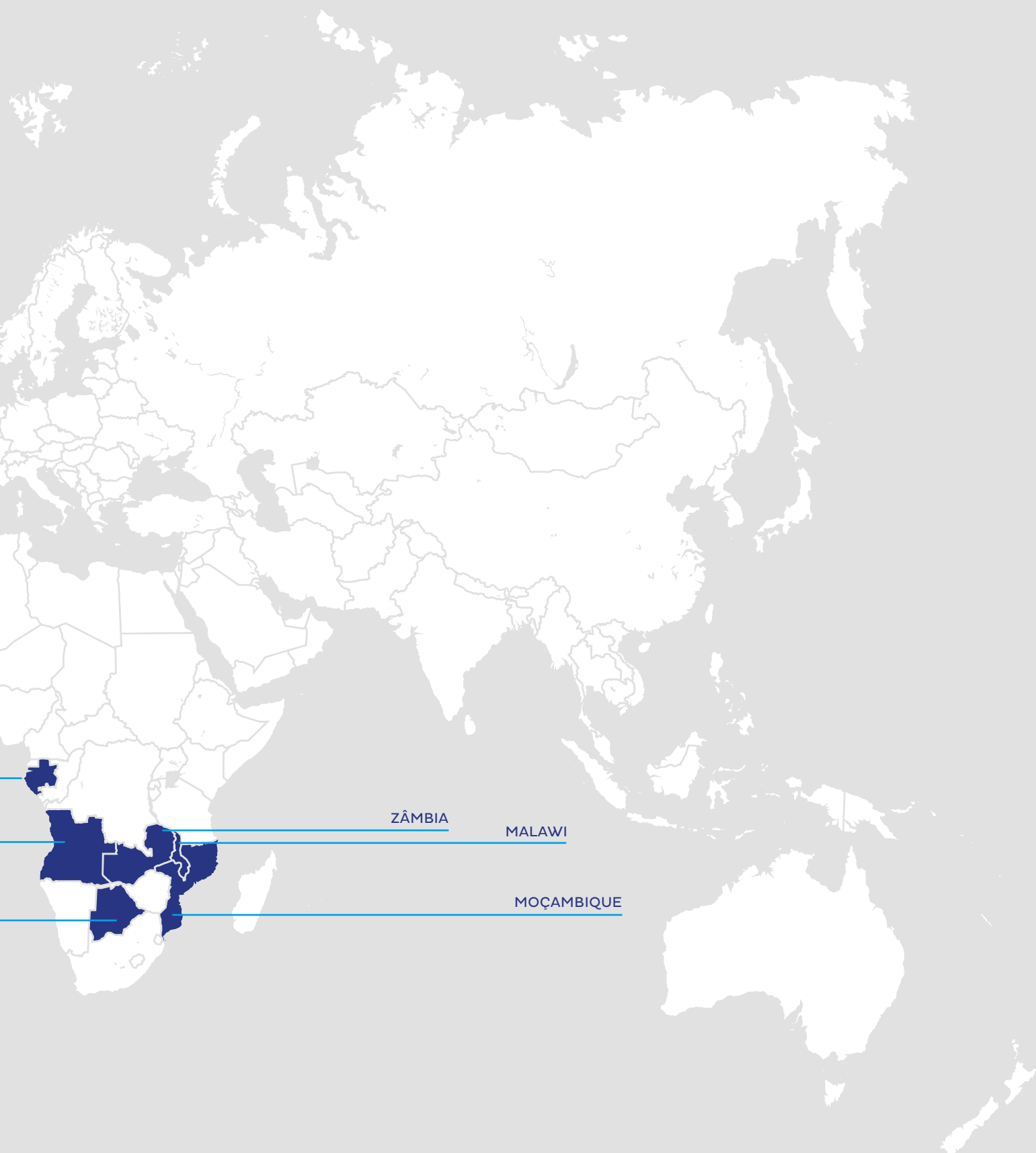
Temos por missão a criação duradoura de riqueza para os nossos acionistas e a sustentabilidade das melhores condições de trabalho para os nossos colaboradores - e a sua satisfação como primeiro vetor da nossa responsabilidade social.

Valores

Acreditamos que só podemos criar valor e riqueza, isto é, vencer, da forma certa ou seja: com franqueza, confiança e responsabilização alicerçada numa cultura de Integridade que significa: Honestidade, Transparência, Justiça e uma rigorosa adesão às regras e aos regulamentos; são estes os nossos valores.



CONDURIL NO MUNDO



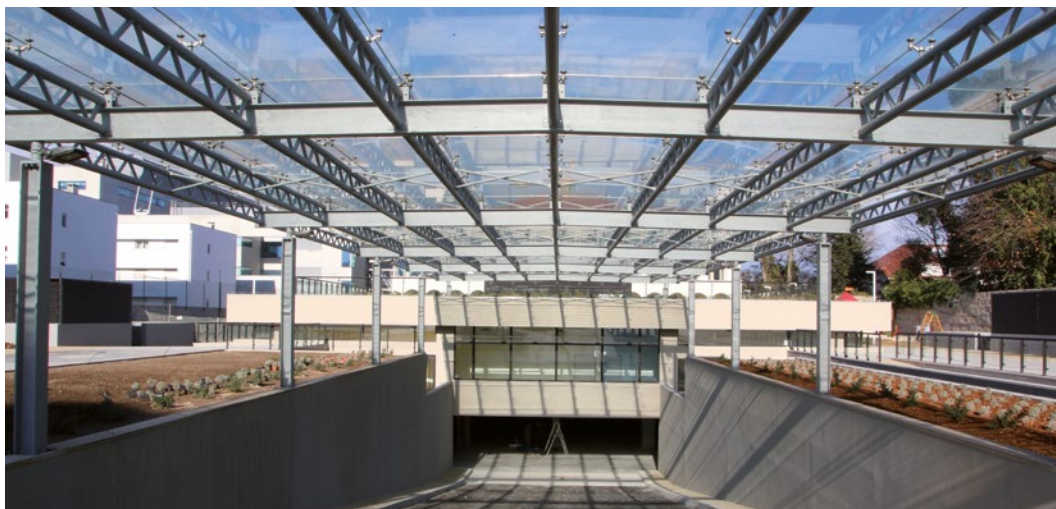
02



INFORMA- ÇÃO COR- PORATIVA

RELATÓRIO
E CONTAS
2015





Porto, Portugal

A CONDURIL – ENGENHARIA, S.A. É UMA SOCIEDADE ANÓNIMA – GERIDA POR UMA COMISSÃO EXECUTIVA ELEITA NOS TERMOS LEGAIS – CUJOS ÓRGÃOS SOCIAIS TÊM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO:

Mesa da Assembleia Geral

João Baqueiro Oliveira (Presidente)
Amadeu Augusto Vinhas
Filipa Bastos Pinto Ferreira Lemos

Conselho de Administração

António Luís Amorim Martins (*Chairman*)
Maria Benedita Andrade de Amorim Martins
Maria Luísa Andrade Amorim Martins Mendes
Álvaro Duarte Neves Vaz
António Baraças Andrade Miragaia
António Emanuel Lemos Catarino
Carlos António Soares de Noronha Dias
Ricardo Nuno Araújo Abreu Vaz Guimarães

Comissão Executiva

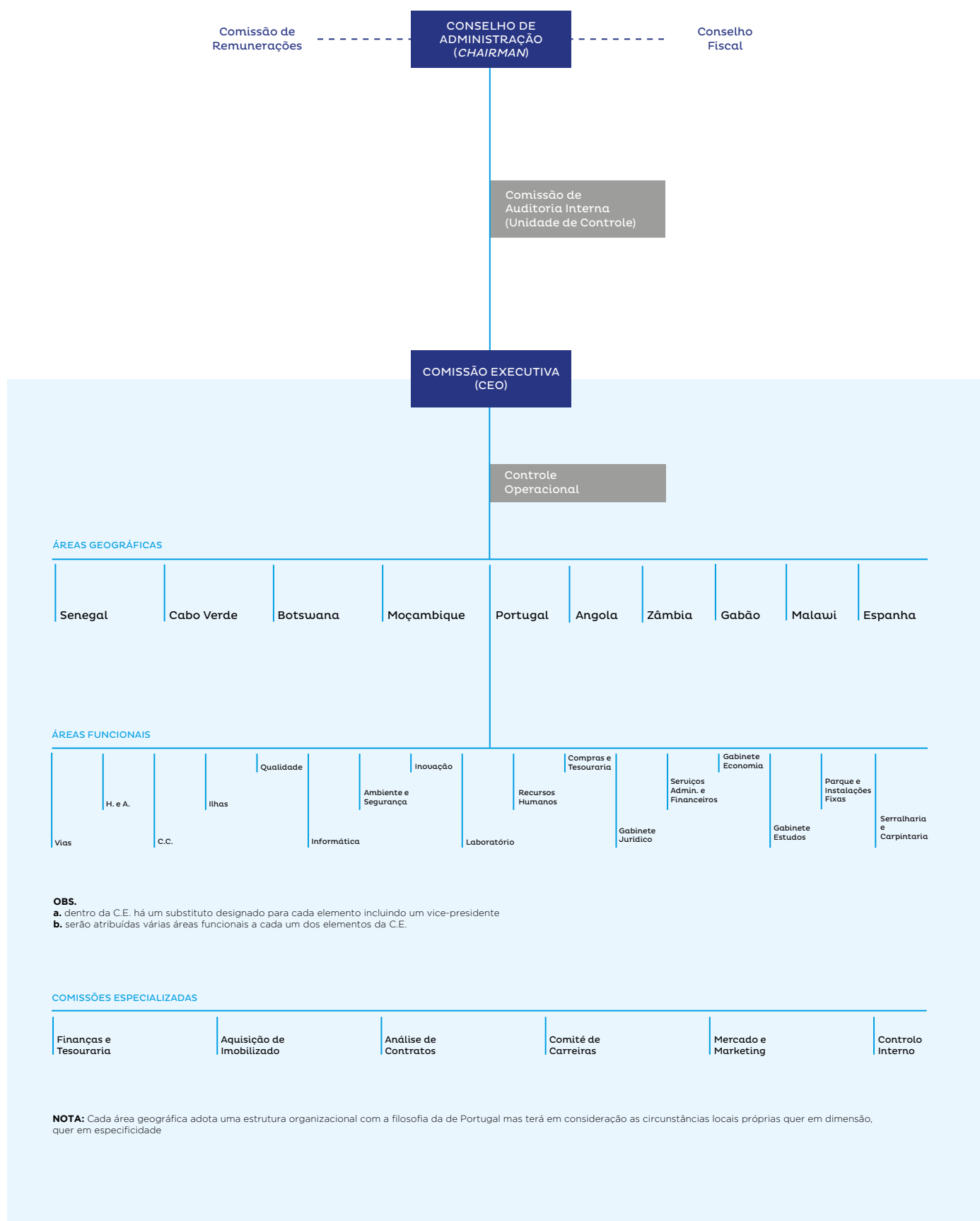
Maria Benedita Andrade de Amorim Martins (CEO)
Maria Luísa Andrade Amorim Martins Mendes
(Vice-Presidente)
Álvaro Duarte Neves Vaz
António Baraças Andrade Miragaia
António Emanuel Lemos Catarino
Carlos António Soares de Noronha Dias
Ricardo Nuno Araújo Abreu Vaz Guimarães

Conselho Fiscal

Crisóstomo Aquino de Barros (Presidente)
Daniela Brás Vigário Silva
José Tiago Sapage Meireles de Amorim
José Álvaro Fonseca Moura (Suplente)

Revisor Oficial de Contas

Horwath & Associados, SROC, Lda.
Representada por Ana Raquel B. L. Esperança Sismeiro
João Miguel Neiva de Oliveira Coelho Pires (Suplente)



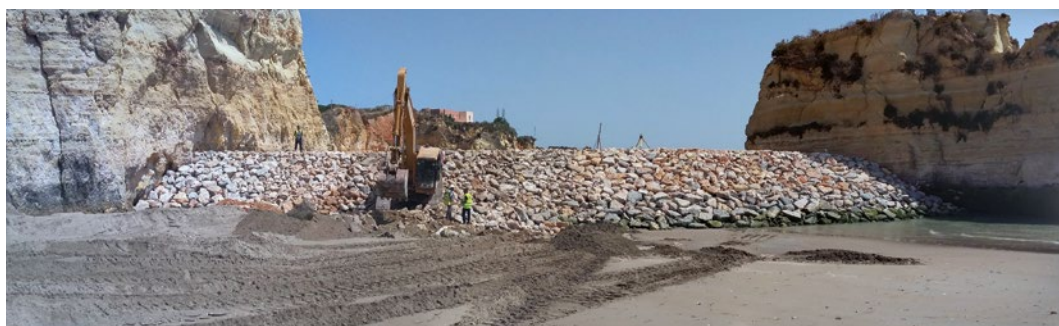
03



RELATÓRIO DE GESTÃO

RELATÓRIO
E CONTAS
2015

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CONDURIL - ENGENHARIA, S.A., NO CUMPRIMENTO DOS ESTATUTOS E DISPOSIÇÕES LEGAIS APLICÁVEIS NOMEADAMENTE NOS TERMOS DOS ARTIGOS 65º E 66º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS, APRESENTA E SUBMETE À APRECIAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS, O RELATÓRIO DE GESTÃO, AS CONTAS DO PERÍODO E DEMAIS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015.



Faro, Portugal

01. Após um desempenho favorável da economia mundial em 2014, no ano que agora finda, assistiu-se a um abrandamento do ritmo de crescimento do produto real nas economias emergentes e, em particular, nas economias africanas.

Há a perceção de que nos países desenvolvidos a evolução económica terá mantido a sua tendência de crescimento. Contudo, em Portugal, a recuperação económica tem estado fortemente condicionada pelas medidas de restrição orçamental implementadas ao abrigo do programa de assistência financeira.

No seguimento deste processo de ajustamento, o mercado da construção civil e das obras públicas tem sido seriamente fustigado pela quebra do investimento, tendo mesmo sido 2015 intitulado, pelas associações do setor, como “o pior ano no domínio do investimento público em Portugal” com uma redução, até novembro, de 25% do valor dos concursos e de 33% dos contratos celebrados, face ao ano anterior.

Pela sua importância no âmbito deste relatório, apresentam-se no quadro abaixo, as evoluções do crescimento do produto real, da taxa de câmbio e da taxa de inflação, nos países onde a Conduril atua neste momento:

PAÍSES	CRESCIMENTO PRODUTO REAL		MOEDAS	TAXA DE CÂMBIO		TAXA INFLAÇÃO 2015
	2014	2015		31.12.2015	EVOLUÇÃO HOMÓLOGA	
Portugal	0,9%	1,5%				0,4%
Angola	4,8%	3,5%	EUR-AKZ	150,07	↓ -19%	14,3%
Moçambique	7,4%	7,0%	EUR-MZN	49,01	↓ -28%	10,6%
Botswana	4,4%	2,5%	EUR-BWP	17,01	↓ -47%	3,1%
Zâmbia	5,6%	4,3%	EUR-ZMW	11,95	↓ -54%	21,1%
Malawi	5,7%	4,0%	EUR-MWK	726,35	↓ -27%	24,9%
Gabão	4,3%	3,5%	EUR-F CFA	655,96	– 0%	-0,1% ^{a)}

Fonte: FMI, World Economic Outlook, Bancos Nacionais e Institutos Nacionais de Estatísticas
a) valores de agosto de 2015



Libreville, Gabão

02. Apesar da continuidade da estratégia de internacionalização da Conduril, com a expansão ao mercado gabonês no 2.º semestre do ano, a evolução do mercado estrangeiro gerou uma diminuição do peso do volume de negócios fora de Portugal, tendo este representado em 2015 80% dos 174 milhões de euros registados.

Em Portugal, o recomeço dos trabalhos nas obras das Subconcessões do Baixo Alentejo e do Algarve Litoral e o arranque da construção do Novo Túnel de Águas Santas, vieram dinamizar a atividade da empresa, enquanto que, em Angola, a adjudicação da obra para a reabilitação do porto cais de Malongo pela empresa Cabinda Gulf Oil Company, no valor de 142 milhões USD, minorou os efeitos adversos da diminuição da atividade neste país.

Em Moçambique, foi concluída em 2015 a execução da estrada entre Macomia e Oasse e o edifício do mercado do peixe em Maputo, tendo ainda sido alargada a carteira de clientes neste mercado.

Na Zâmbia, decorre a bom ritmo a reabilitação da estrada entre Nyimba e Sinda ao mesmo tempo que se solidifica a atividade da Conduril neste mercado. Situação equivalente verifica-se no Malawi com o progresso dos trabalhos na obra da barragem de Kamuzu.

Em 2015, deu-se início à atividade da Conduril no Gabão, com a adjudicação de uma obra hidráulica entre

Nzeng e Ayong, sendo esperada a sua consolidação ao longo de 2016.

A expansão da atividade da empresa a novos mercados não é descorada e, apesar de focalizada nos mercados onde já opera, continua atenta às possíveis oportunidades externas, em particular, na América Latina.

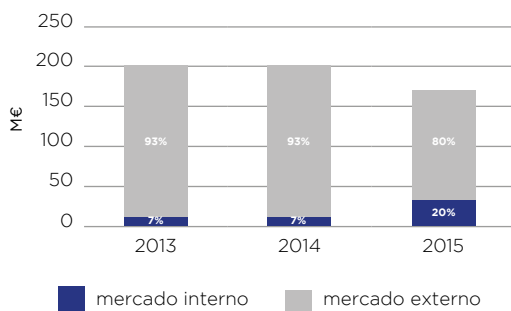
03. Num setor cada vez mais marcado pela diferenciação e pela eficiência produtiva, foram efetuados investimentos ao longo de 2015, num valor superior a 38 milhões de euros, nomeadamente na aquisição de novos equipamentos e maquinaria e na renovação de infraestruturas.

A generalidade do investimento não financeiro foi canalizado para as operações fora de Portugal, contudo, no seguimento do objetivo de melhoria dos processos organizativos que se tem desenvolvido nos últimos anos, foram criadas as condições para a implementação de um sistema de gestão documental transversal a todas as unidades de negócio de grupo, que se espera concluir no decorrer de 2016.

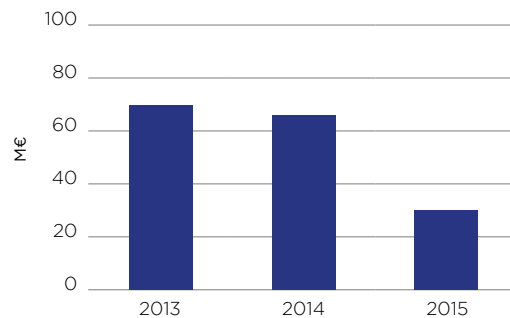
A aposta na modernização contínua e na melhoria das condições de trabalho integram a cultura e conduta da Conduril, conjugando as competências técnicas e a flexibilidade operacional para uma resposta eficaz às exigências do mercado.

04. Apesar do forte impacto negativo dos fatores macroeconómicos, a Conduril terminou 2015 com um desempenho global considerado positivo que se reflete nos seguintes indicadores:

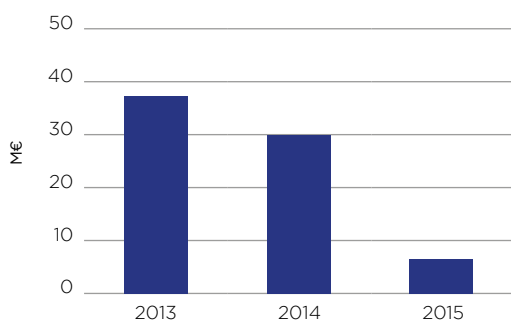
Volume de Negócios



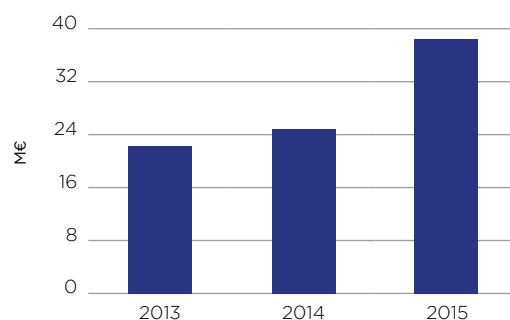
EBITDA



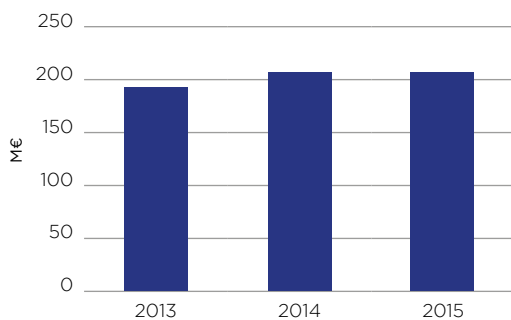
Resultado Líquido do Período



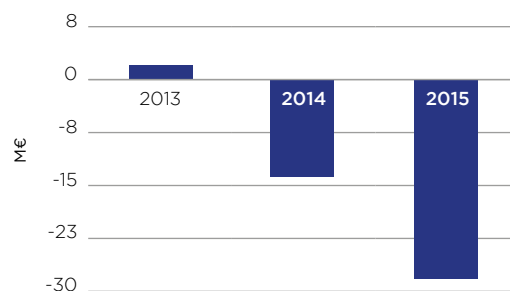
Investimento em Ativos



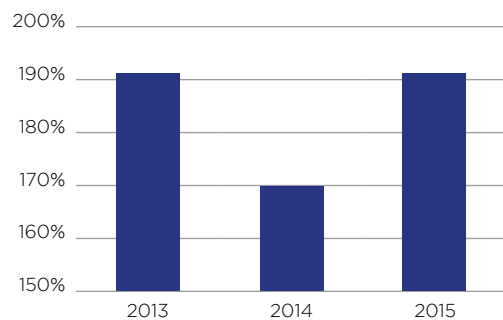
Capital Próprio



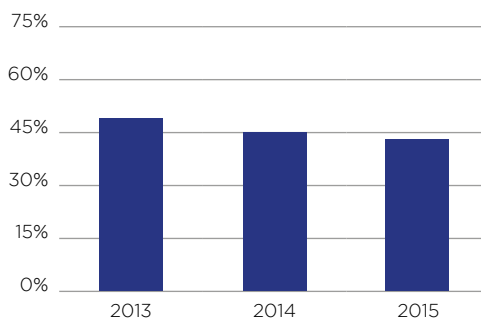
Dívida Líquida



Liquidez Geral



Autonomia Financeira





Huila, Angola

Em termos operacionais registou-se uma diminuição de 13% no volume de negócios, no entanto, a solidez da empresa é expressa na evolução da sua liquidez e nos valores da autonomia financeira, estando a variação da dívida líquida diretamente relacionada com o incremento do investimento em ativos.

Não obstante o exposto, o desempenho da Conduril foi, uma vez mais, reconhecido por entidades externas, nomeadamente, pela revista Exame com a atribuição dos prémios de Melhor Empresa do Setor, pelo terceiro ano consecutivo, e da 2.ª Empresa Mais Feliz do estudo *Happiness Works 2015*.

05. Durante o ano de 2015, em termos médios, integraram o capital humano da Conduril 2.100 colaboradores, 88% dos quais no continente africano.

Apesar do abrandamento da atividade em Angola, a evolução das obras na Zâmbia, no Malawi e no Gabão, possibilitou à Conduril reafetar alguns dos seus recursos mantendo o número de colaboradores nos níveis do ano anterior.

A aposta no desenvolvimento das competências dos seus colaboradores assume-se como um pilar basilar da sua estratégia e traduziu-se, em 2015, em mais de 14.000 de horas de formação num investimento global superior a 500.000 euros, totalmente suportado pela Conduril.

Em Angola, a atividade da Conduril Academy reveste particular importância, contribuindo para a redução da taxa de analfabetismo dos trabalhadores do Grupo neste país de 24% em 2011 para 5% no ano agora findo, com um volume de formação superior às 100.000 horas e mais de 1.400 certificados emitidos, desde 2010.

A responsabilidade social da Conduril e a manutenção da sustentabilidade de melhores condições de trabalho para os seus colaboradores é complementada com o seu fundo de pensões, que expressava um valor de 8,2 milhões de euros no fim de 2015 e com a atribuição de uma distinção aos trabalhadores que completem 25 anos de serviço.



Beja, Portugal



06. Também o Sistema Integrado de Gestão é um elemento chave da cultura corporativa da Conduril e encontra-se amplamente difundido e implementado, servindo de alicerce na execução dos objetivos de melhoria contínua do processo produtivo e na diminuição do impacto ambiental da sua atividade.

Este sistema encontra-se devidamente reconhecido pelas entidades externas, nomeadamente:

- pela revalidação das certificações do sistema de gestão da qualidade em Portugal, na sucursal de Angola, na Métis, na delegação de Moçambique, na ENOP e na Urano, segundo a NP EN ISO 9001:2008, pela APCER;
- com a renovação das certificações no âmbito da segurança em Portugal, sucursal de Angola, na Métis e na Urano, de acordo com as normas OHSAS 18001:2007 e NP 4397:2008, pela APCER;
- na revalidação da certificação do sistema de gestão ambiental em Portugal, segundo a norma NP EN ISO 14001:2012, pela APCER;
- na renovação da acreditação, pelo IPAC, ao Laboratório Central de Portugal, de acordo com a norma NP EN ISO/IEC 17025:2005; e,
- no acompanhamento e manutenção da certificação obtida no âmbito da marcação CE para as estruturas metálicas produzidas no Polo Industrial de Portugal, segundo a norma EN1090+1:2009+A1:2011.

07. A instabilidade das principais variáveis macroeconómicas em Portugal e nos seis países onde a Conduril atuará em 2016 e em particular do investimento em infraestruturas, com forte correlação com o setor da construção, cria dificuldades e incertezas diversas. Contudo, o seu conhecimento destes mercados, associado à aceitação que deles tem merecido, transmite confiança para o ano que agora começa: o valor das obras em carteira é de cerca de 310 milhões de euros e o seu desenvolvimento e desempenho decorrem com normalidade.

08. Outras informações anexas:

a. A Conduril detém sucursais em Angola, Moçambique, Botswana, Cabo Verde, Senegal, Zâmbia, Malawi, Gabão e Marrocos.

b. Não existem dívidas em mora perante o Estado ou quaisquer outras entidades públicas, incluindo a Segurança Social.

c. O capital social, integralmente subscrito e realizado, é composto por 2.000.000 de ações ordinárias com valor nominal de 5 euros cada. As ações próprias detidas, que ascendem a 200.000, não foram objeto de qualquer transação no ano.

d. Os valores mobiliários emitidos pela CONDURIL - Engenharia, S.A. detidos por titulares de órgãos sociais



Zaire, Angola



Maputo, Moçambique

mantiveram-se face ao exercício transato, com exceção do número de ações da acionista Maria Luísa Andrade Amorim Martins Mendes que adquiriu a 08 de maio de 2015, 5 ações pelo valor unitário de 66,01 euros e do número de ações do acionista António Baraças Andrade Miragaia que alienou no dia 30 de dezembro de 2015 102 ações, numa operação fora de bolsa, pelo valor unitário de 67,00 euros.

e. A Conduril não teve conhecimento de acionistas que tenham deixado de ser titulares das participações qualificadas mencionadas em relatórios de anos anteriores.

09. No cumprimento das disposições legais e estatutárias e no prosseguimento da política de justa remuneração do capital investido, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do período no valor de 6.171.538 euros tenha a seguinte aplicação:

- Dividendos: 900.000 euros, que correspondem a 0,50 euros por ação;
- Resultados Transitados: 568.425 euros;
- Reservas Livres: 4.703.113 euros.

10. O Conselho de Administração não poderia finalizar o seu relatório de gestão sem deixar umas palavras de apreço a todos aqueles que participaram na atividade da empresa ao longo de 2015.

A todos os clientes, fornecedores, instituições financeiras e outros parceiros de negócio da empresa e, em particular, aos colaboradores e restantes elementos dos Órgãos Sociais, o Conselho de Administração agradece toda a colaboração, empenho e dedicação demonstrados.

Ermesinde, 18 de fevereiro de 2016
O Conselho de Administração

04



A large-scale construction project is shown against a clear blue sky. In the upper left, a tall crane with a red and white striped tip is visible. The main structure under construction features a complex arrangement of blue and yellow metal formwork and scaffolding. The ground in the foreground is uneven, composed of dirt and gravel, with a red and white striped safety tape strung across it. The overall scene conveys a sense of active development and infrastructure building.

DEMONS- TRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO

RELATÓRIO
E CONTAS
2015

BALANÇO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Montantes expressos em EURO

	NOTAS	2015	2014
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	3;7	55.530.714	49.270.190
Ativos intangíveis	3;6	1.925.622	74.820
Participações financeiras (método de equivalência patrimonial)	3;9	13.691.546	15.821.685
Participações financeiras (outros métodos)	3;18	677.690	677.690
Outros ativos financeiros	3;18	28.804.637	12.131.583
Ativos por impostos diferidos	3;17	1.879	49.447
Subtotal		100.632.087	78.025.416
ATIVO CORRENTE			
Inventários	3;10	5.788.958	6.162.482
Clientes	3;18	180.269.583	212.572.498
Clientes c/retenções de garantias	3;18	9.525.687	10.504.312
Adiantamentos a fornecedores	3	801.339	2.457.155
Estado e outros entes públicos	20	22.311.497	24.129.672
Outras contas a receber	3	50.755.137	30.737.443
Diferimentos	3;20	1.555.088	974.790
Ativos financeiros detidos para negociação	3;18	101.782.737	83.287.032
Outros ativos financeiros	3	5.000	5.000
Caixa e depósitos bancários	3;4	24.880.993	31.937.393
Subtotal		397.676.019	402.767.779
TOTAL DO ATIVO		498.308.106	480.793.196
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado		10.000.000	10.000.000
Ações próprias	3	(950.000)	(950.000)
Reservas legais		3.044.492	3.044.492
Outras reservas		188.366.968	164.374.335
Resultados transitados		(568.425)	(1.916.481)
Ajustamentos em ativos financeiros		4.564.787	6.720.673
Excedentes de revalorização		3.175.873	3.030.409
Outras variações de capital próprio		(1.289.701)	(1.316.566)
Subtotal		206.343.995	182.986.863
Resultado líquido do exercício		6.171.538	29.509.114
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	3	212.515.533	212.495.977
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	3;13	8.029.951	13.982.525
Financiamentos obtidos	3;8	68.753.338	80.860.441
Passivo por impostos diferidos	3;17	1.403.036	1.897.374
Subtotal		78.186.325	96.740.340
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	3	73.288.161	49.404.273
Adiantamentos de clientes	3	19.780.730	27.500.433
Estado e outros entes públicos	20	9.019.682	18.728.182
Financiamentos obtidos	3;8	85.729.431	47.867.653
Outras contas a pagar	3	10.314.494	8.495.089
Diferimentos	3;11;20	9.473.750	19.561.248
Subtotal		207.606.248	171.556.879
TOTAL DO PASSIVO		285.792.573	268.297.219
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		498.308.106	480.793.196

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Montantes expressos em EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2015	2014
Vendas e serviços prestados	3,12,20	173.689.057	199.836.765
Subsídios à exploração		-	-
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	3,9	137.065	3.285.362
Variação de inventários na produção	3,10	-	(280.509)
Trabalhos para a própria entidade	3	3.853.446	1.187.730
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(47.797.694)	(50.344.676)
Fornecimentos e serviços externos		(84.682.129)	(81.306.035)
Gastos com pessoal	3,19,20	(39.375.783)	(41.431.598)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	3,10	(87.606)	(10.243)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	3,18	(271.091)	(236.784)
Provisões (aumentos/reduções)	3,13	5.224.210	(4.133.501)
Imparidade de ativos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Aumentos/Reduções de justo valor	3,18	-	49.093
Outros rendimentos e ganhos	14,20	51.836.156	48.433.437
Outros gastos e perdas	14,20	(28.231.047)	(13.778.462)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		34.294.585	61.270.581
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3,6,7	(10.617.031)	(9.398.642)
Imparidade de ativos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		23.677.554	51.871.939
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	3,20	(14.082.650)	(8.042.139)
Resultado antes de impostos		9.594.905	43.829.800
Impostos sobre o rendimento do período	3,17	(3.423.366)	(14.320.686)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		6.171.538	29.509.114
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) inc. no resultado líquido do período		-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO ATRIBUÍVEL:			
Detentores do capital da casa mãe		6.171.538	29.509.114
Interesses minoritários		-	-
Subtotal		6.171.538	29.509.114
RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO		3,43	16,39

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		143.366.023	98.592.795
Pagamentos a fornecedores		(105.431.942)	(107.110.486)
Pagamentos ao pessoal		(31.400.666)	(34.861.783)
Caixa gerada pelas operações		6.533.415	(43.379.474)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(5.995.520)	(21.478.510)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		(570.762)	(13.171.948)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (1)		(32.867)	(78.029.932)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Ativos fixos tangíveis		(9.474.679)	(11.440.432)
Ativos intangíveis		(5.342)	(27.691)
Investimentos financeiros		(16.694.993)	(5.586.077)
Outros ativos		-	(1.218)
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Ativos fixos tangíveis		-	426
Outros ativos		-	1.128
Juros e rendimentos similares		4.336.590	4.700.898
Dividendos		60.340	56.705
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		(21.778.086)	(12.296.261)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Financiamentos obtidos		192.124.778	140.981.245
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		469	-
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Financiamentos obtidos		(155.936.786)	(41.861.089)
Financiamentos leasings		(925.728)	(1.029.274)
Juros e gastos similares		(13.656.899)	(6.903.245)
Dividendos		(3.600.000)	(5.400.000)
Outras operações de financiamento		(131.233)	(20.290)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		17.874.602	85.767.347
Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		(3.936.351)	(4.558.847)
Efeitos das diferenças de câmbio		(3.120.049)	3.337.383
Caixa e seus equivalentes no início do período		31.937.393	33.158.857
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	4	24.880.993	31.937.393

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2015

CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE													Montantes expressos em EUR
	NOTAS	CAPITAL REALIZADO	ACOES (QUOTAS) PRÓPRIAS	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	OUTRAS VARIACOES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL	INTERESSES MINORITÁRIOS	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
Posição em 01 de janeiro de 2015		10.000.000	(950.000)	3.044.492	164.374.335	(1916.481)	6.720.673	3.030.409	(1.316.566)	29.509.114	212.495.977	-	212.495.977
Aplicação do resultado do período					27.592.633	1916.481				(29.509.114)	-	-	-
Posição em 01 de janeiro de 2015 após aplicação de resultados		10.000.000	(950.000)	3.044.492	191966.968	-	6.720.673	3.030.409	(1.316.566)	-	212.495.977	-	212.495.977
ALTERAÇÕES NO PERÍODO:													
Primeira adoção de novo referencial contabilístico											-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas											-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											-	-	-
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis						39.963		(39.963)			-	-	-
Variações dos excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis						(110.970)		185.428			74.458		74.458
Ajustamentos por impostos diferidos						(497.418)	(2.155.887)				(2155.887)		(2.155.887)
Aplicação do método da equivalência patrimonial						(568.425)	(2.155.887)	145.465	26.865	-	(470.553)		(470.553)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	(568.425)	(2.155.887)	145.465	26.865	-	(2.551.981)	-	(2.551.981)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO													
Resultado integral										6.171.538	6.171.538	-	6.171.538
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Realizações de capital											-	-	-
Realizações de prémios de emissão											-	-	-
Distribuições					(3.600.000)					(3.600.000)			(3.600.000)
Entradas para cobertura de perdas											-	-	-
Outras operações											-	-	-
		-	-	-	(3.600.000)	-	-	-	-	(3.600.000)		-	(3.600.000)
Posição no fim de dezembro de 2015	3	10.000.000	(950.000)	3.044.492	188.366.968	(568.425)	4.564.787	3.175.873	(1.289.701)	6.171.538	212.515.534	-	212.515.534

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

1. Nota introdutória

A CONDURIL - Engenharia, S.A. ("CONDURIL" ou "Empresa") é uma sociedade fundada em 1959 e transformada em sociedade anónima em 1976, com sede social na Av. Eng.º Duarte Pacheco, 1835 - 4445-416 Ermesinde - Valongo, tendo como atividade principal empreitadas de obras públicas e todos os trabalhos que se prendam com o exercício dessa atividade.

Entendemos que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

Todos os montantes expressos nestas notas são apresentados em euros com arredondamento à unidade.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística);
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro (Código de Contas).

Estas demonstrações financeiras refletem apenas as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, o que está de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites, estas demonstrações financeiras não incluem o efeito da consolidação integral ao nível de ativos, passivos, rendimentos e gastos. A Empresa prepara e apresenta demonstrações financeiras consolidadas, em separado.

2.2. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

As quantias apresentadas para efeitos comparativos são comparáveis e estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais referidos no ponto anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

a. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis, que compreendem essencialmente direitos de superfície e programas de computador, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade e das amortizações acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em utilização, pelo método da linha reta, durante um período de 60 e de 3 anos, respetivamente.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente às quais seja provável que o seu ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto no período em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate

destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

b. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 01 de janeiro de 2009, encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e de perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta, numa base anual, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	ANOS
Edifícios e outras construções	10 - 25
Equipamento básico	3 - 16
Equipamento de transporte	3 - 8
Equipamento administrativo	3 - 12
Outros ativos fixos tangíveis	3 - 10

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos no período em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do ativo sempre que se perspetive que estes originem benefícios económicos futuros adicionais.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção ou em trânsito, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

c. GOODWILL

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis das subsidiárias à data da aquisição.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias e associadas e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando negativas, são reconhecidas como rendimentos na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos ativos e passivos identificáveis.

À data do balanço, é efetuada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor contabilístico do *goodwill* exceda o seu valor recuperável. O ganho ou perda na alienação de uma entidade inclui o valor contabilístico do *goodwill* relativo a essa entidade, exceto quando o negócio a que esse *goodwill* está associado se mantenha a gerar benefícios para a Empresa. As perdas por imparidade relativas ao *goodwill* não são reversíveis.

d. LOCAÇÕES

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato. Os contratos de locação em que a Empresa age como locatário são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, quando através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

De acordo com o método financeiro, o custo do ativo é registado como um ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e os juros incluídos no valor das rendas e a reintegração do ativo são registados como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

e. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os investimentos financeiros em subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido ao valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das subsidiárias e associadas por contrapartida de rendimentos ou gastos do período. As participações são ainda ajustadas pelo valor correspondente à participação noutras variações nos capitais próprios dessas empresas, por contrapartida da rubrica “Ajustamentos em ativos financeiros”. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso de financiamentos concedidos, ao valor nominal. É feita uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo

registado como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

f. INTEGRAÇÃO DE SUCURSAIS

A informação contabilística das sucursais onde a Empresa desenvolve a sua atividade, designadamente em Angola, Moçambique, Marrocos, Botswana, Cabo Verde, Senegal, Zâmbia, Malawi e Gabão, é integrada mensalmente na contabilidade. Os saldos e transações ocorridos no período entre a sede e as sucursais são anulados.

Quando a moeda funcional da sucursal é diferente da moeda de relato da Empresa, o processo de integração é realizado através da transposição de todas as variações de ativos e passivos, rendimentos e gastos à taxa de câmbio em vigor na data de cada integração mensal. Na data de relato são apuradas as diferenças de câmbio decorrentes dos ativos e passivos monetários, sendo as mesmas registadas como rendimentos ou perdas na demonstração dos resultados.

Na informação contabilística das sucursais são utilizadas, fundamentalmente, as políticas contabilísticas em vigor em Portugal. Para garantir a uniformidade das políticas contabilísticas, sempre que o normativo local seja divergente do normativo em vigor em Portugal, são efetuados os devidos ajustamentos.

g. IMPARIDADE DOS ATIVOS NÃO CORRENTES (EXCETO GOODWILL)

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma avaliação de imparidade com referência ao final de cada período.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de ativos depreciables". A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obterá com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o encargo com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a sua vida útil remanescente.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda por imparidade anteriormente reconhecida se tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

h. GASTOS DE FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os encargos financeiros com financiamentos são reconhecidos como gasto de acordo com o regime do acréscimo, mesmo nos casos em que estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que poderiam ser capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

i. INVENTÁRIOS

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao preço de mercado, no caso de este ser inferior (utilizando-se o custo médio como método de custeio). Entende-se por preço de mercado, o valor realizável líquido ou o custo de reposição.

Os produtos acabados e semiacabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão de obra e gastos gerais de fabrico) ou ao preço de mercado no caso de este ser inferior. Por preço de mercado, entende-se o valor realizável líquido.

Nos casos em que o preço de mercado é inferior ao custo de aquisição, reconhecem-se perdas por imparidade.

j. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

i. Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)", de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

ii. Financiamentos

Os financiamentos são registados no passivo pelo seu valor nominal, deduzido dos gastos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

iii. Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal.

iv. Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumam.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe a obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor, deduzido dos gastos de transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos gastos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

v. Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os rendimentos e perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados na rubrica "Outras reservas", não afetando o resultado do período.

vi. Letras descontadas e contas a receber cedidas em *factoring*

A Empresa desreconhece ativos financeiros nas suas demonstrações financeiras, unicamente quando o direito contratual aos fluxos de caixa inerentes a tais ativos já tiver expirado, ou quando a Empresa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos para uma terceira entidade. Se a Empresa retiver substancialmente os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos, continua a reconhecer nas suas demonstrações financeiras os mesmos, registando no passivo na rubrica "Financiamentos obtidos" a contrapartida monetária pelos ativos cedidos.

Consequentemente, os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em *factoring* à data de cada balanço, com exceção das operações de "Factoring sem recurso", são reconhecidas nas demonstrações financeiras da Empresa, no passivo, até ao momento do seu recebimento.

vii. Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

k. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para gastos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como:

- (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controlo da Empresa; ou
- (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para a Empresa. A Empresa não reconhece ativos

contingentes nas suas demonstrações financeiras. Apenas procede à sua divulgação se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar para a Empresa forem prováveis. Quando a realização do proveito for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

I. PERIODIZAÇÃO ECONÓMICA

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” ou “Diferimentos”.

m. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

Os impostos sobre o rendimento registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável da Empresa, de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados utilizando-se as taxas de tributação que se espera estejam em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas, à data de balanço, em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis (com exceção do *goodwill*, não dedutível para efeitos fiscais), das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar.

Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

n. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda se o respetivo valor de balanço for realizável através de uma transação de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é provável e o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (ii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e, (iii) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor valor entre a quantia escriturada e o respetivo justo valor deduzido dos gastos expectáveis com a sua venda.

o. SUBSÍDIOS GOVERNAMENTAIS OU DE OUTRAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios recebidos no âmbito de programas de formação profissional ou subsídios à exploração, são registados na rubrica “Subsídios à exploração” da demonstração dos resultados do período em que estes programas são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se torne recebível num período posterior, onde será rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos são registados no balanço como “Outras variações no capital próprio” e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às reintegrações dos ativos subsidiados, em cada período.

p. COMPLEMENTOS DE REFORMA

A Empresa assumiu compromissos de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez. Para cobrir essas responsabilidades a Empresa criou um Fundo de Pensões de benefício definido em 1989, exclusivo para os seus funcionários, cujos encargos anuais, determinados de acordo com cálculos atuariais, são registados em conformidade com a NCRF 28 - Benefícios dos empregados.

As responsabilidades atuariais são calculadas de acordo com o “Projected Unit Credit Method”, utilizando os pressupostos atuariais e financeiros considerados adequados.

q. RÉDITO

A Empresa reconhece os resultados das obras, contrato a contrato, de acordo com a NCRF 19 - Contratos de construção, pelo método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os gastos incorridos em cada obra até uma determinada data e a soma desses gastos com os gastos estimados para completar a obra. As diferenças

obtidas entre os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos rendimentos estimados e os valores faturados são incluídos nas rubricas "Outras contas a receber" e "Diferimentos".

As variações verificadas nos trabalhos face à quantia de rédito acordada no contrato são reconhecidas no resultado do período quando é provável que o cliente aprove a quantia de rédito proveniente da variação e que esta possa ser mensurada com fiabilidade.

As reclamações para reembolso de gastos não incluídos no preço do contrato são incluídas no rédito do contrato quando as negociações atinjam um estágio avançado de tal forma que seja provável que o cliente aceite a reclamação e que seja possível mensurá-la com fiabilidade.

Para fazer face aos gastos a incorrer durante o período de garantia das obras, a Empresa reconhece anualmente um passivo para cumprir tal obrigação legal, a qual é apurada tendo em conta o volume de produção anual e o historial de gastos incorridos no passado com as obras em período de garantia. Quando é provável que os gastos totais previstos no contrato de construção excedam os rendimentos definidos no mesmo, a perda esperada é reconhecida imediatamente na demonstração dos resultados do período.

Os dividendos são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

r. GASTOS COM A PREPARAÇÃO DE PROPOSTAS

Os gastos incorridos com a preparação de propostas para concursos diversos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período em que são incorridos.

s. TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE

Os trabalhos para a própria entidade correspondem a obras de construção e beneficiação, executadas pela própria Empresa, bem como a grandes reparações de equipamentos e incluem gastos com materiais, mão de obra direta e gastos gerais.

Tais gastos são objeto de capitalização apenas quando preenchidos os seguintes requisitos:

- Os ativos desenvolvidos são identificáveis;
- Existe forte probabilidade de os ativos virem a gerar benefícios económicos futuros; e
- São mensuráveis de forma fiável.

t. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

u. JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras, foi baseada no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 incluem:

- Vidas úteis dos ativos tangíveis;
- Registo de provisões e perdas por imparidade;
- Reconhecimento de réditos de obras em curso;
- Reconhecimento do valor presente das responsabilidades com benefícios de reforma; e
- Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva, conforme disposto na NCRF 4.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

a. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro individual atribuível aos acionistas da Empresa pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número de ações próprias detidas.

b. MOEDA ESTRANGEIRA

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda de apresentação funcional, utilizando-se as cotações oficiais vigentes na data de reporte. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e aquelas em vigor na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como gastos e rendimentos na demonstração dos resultados do período.

As diferenças cambiais associadas a contas a receber/pagar cuja maturidade não se encontre definida, são registadas na demonstração dos resultados do período quando tais contas a receber/pagar forem depreciadas/alienadas/liquidadas. As demonstrações financeiras de empresas participadas e sucursais expressas em moeda estrangeira são convertidas para euro.

As cotações utilizadas para conversão em euros foram as seguintes:

MOEDA	MOEDA DE CONVERSÃO	2015		2014	
		31 DE DEZEMBRO	CÂMBIO MÉDIO	31 DE DEZEMBRO	CÂMBIO MÉDIO
Dólar Americano	Euro	0,91853	n/a	0,8237	n/a
Dirham Marroquino	Euro	0,09277	0,09245	0,0912	0,0897
Pulas Botswana	Euro	0,08140	0,08871	0,0865	0,0843
Metical Moçambicano	Euro	0,02041	0,02335	0,0260	0,0246
Escudo Cabo Verdiano	Euro	0,00907	0,00907	0,0091	0,0091
Franco CFA	Euro	0,00152	0,00152	0,0015	0,0015
Kwacha Zâmbia	Euro	0,08366	0,10314	0,1289	0,1223
Kwacha Malawi	Euro	0,00138	0,00178	0,0017	0,0018
Kwanza Angolano	Euro	0,00666	0,00738	0,0079	0,0076
Rand Sul Africano	Euro	0,05880	n/a	n/a	n/a
Dólar Namibiano	Euro	0,05901	n/a	n/a	n/a

3.3. Juízos de valor sobre o processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, a Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.5. Principais fontes de incerteza

A presente nota faz referência aos principais pressupostos adotados em relação ao futuro na elaboração das demonstrações financeiras anexas, que possam implicar um risco significativo de ajustamentos materiais à valorização de ativos e passivos do próximo período financeiro.

a. IMPARIDADE DOS ATIVOS

A determinação da imparidade dos ativos requer a estimativa do valor presente dos *cash flows* futuros associados a esse ativo. Neste cálculo são adotados pressupostos que se baseiam na experiência passada da Empresa, bem como nas expectativas futuras. A Empresa considera existir um risco controlado destes pressupostos não se verificarem.

4. FLUXOS DE CAIXA

4.1. Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

O valor do saldo de “Caixa e seus equivalentes” encontra-se totalmente disponível.

4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários”

O saldo de caixa e de depósitos bancários decompõe-se da seguinte forma:

	31.12.2015	31.12.2014
Caixa	100.882	71.121
Depósitos à ordem	16.934.587	13.168.732
Depósitos a prazo	7.845.524	18.697.540
TOTAL CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	24.880.993	31.937.393

5. PARTES RELACIONADAS

5.1. Remunerações do pessoal chave da gestão

a. Total de remunerações: 1.320.430 euros (2014: 1.201.588 euros).

5.2. Transações entre partes relacionadas

a. Natureza do relacionamento das partes relacionadas:

	PAÍS	% DIRETA	% TOTAL
SUCURSAIS:			
Angola	-	-	-
Moçambique	-	-	-
Marrocos	-	-	-
Botswana	-	-	-
Cabo Verde	-	-	-
Senegal	-	-	-
Zâmbia	-	-	-
Malawi	-	-	-
Gabão	-	-	-
SUBSIDIÁRIAS:			
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Edirio - Construções, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Métis Engenharia, Lda.	Angola	99,00	99,00
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	Moçambique	85,47	85,47
Mabalane - Inertes, Lda.	Moçambique	85,00	97,82
4M Properties, S.A.	Moçambique	98,00	98,00
Urano, Lda.	Angola	99,00	99,00
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	Portugal	100,00	100,00
ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS:			
Edifer / RRC / Conduril, ACE	Portugal	33,33	33,33
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	Marrocos	33,33	33,33
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	Marrocos	33,33	33,33
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	Marrocos	50,00	50,00
Edifer, Dragados, Tecnovia, Conduril - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	Portugal	17,86	17,86
Edifer, Dragados, Tecnovia, Conduril - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	Portugal	17,86	17,86
UTE Alcántara - Garrovillas	Espanha	15,00	15,00
OUTRAS PARTICIPAÇÕES:			
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	Portugal	11,00	13,00
SPER - Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A.	Portugal	11,26	11,26
Planestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	Portugal	10,00	10,00
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	Portugal	10,00	10,00
PESSOAL CHAVE DA GESTÃO:			
Conselho de Administração:			
Eng.º António Luís Amorim Martins (Presidente) - <i>Chairman</i>			
Eng.ª Maria Benedita Andrade de Amorim Martins (Presidente da Comissão Executiva) - CEO			
Dr.ª Maria Luísa Andrade Amorim Martins Mendes (Vice-Presidente da Comissão Executiva)			
Eng.º Álvaro Duarte Neves Vaz			
Eng.º António Baraças Andrade Miragaia			
Eng.º António Emanuel Lemos Catarino			
Eng.º Carlos António Soares de Noronha Dias			
Eng.º Ricardo Nuno Araújo Abreu Vaz Guimarães			
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:			
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	Portugal	-	-
Sociedade Agrícola da Quinta do Javali, Lda.	Portugal	-	-

b. Transações e saldos pendentes:

No decurso do presente período, a Empresa apresentou as seguintes transações e saldos face a entidades relacionadas:

Em 31 de dezembro de 2015:

PARTES RELACIONADAS	SALDOS PENDENTES ATIVOS	SALDOS PENDENTES PASSIVOS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	PROVISÕES
ENTIDADES COM CONTROLO CONJUNTO OU INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA:				
Edifer / RRC / Conduril, ACE	76.213	173.568	-	-
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	7.178.310	-	-	3.973.731
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	1.484.880	573.336	-	296.186
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	808.096	-	-	-
Edifer, Dragados, Tecnovia, Conduril - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	436.172	-	-	-
Edifer, Dragados, Tecnovia, Conduril - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	13.495.547	105.808	-	218.556
	23.479.218	852.712	-	4.488.473
SUBSIDIÁRIAS:				
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	3.321.178	-	336.000	88.840
Edirio - Construções, S.A.	975.526	38.376	12.500	247.562
Métis Engenharia, Lda.	1.807.493	3.495.268	-	-
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	13.101.323	7.038.808	22.659	647.733
4M Properties, S.A.	527.250	-	-	473.166
Mabalane - Inertes, Lda.	40	260.980	-	-
Urano, Lda.	278.516	12.609	-	-
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	214.224	113.160	-	-
	20.225.550	10.959.201	371.159	1.457.301
OUTRAS PARTICIPAÇÕES:				
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	11.396.123	-	-	-
SPER - Soc. Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A.	17.408.514	-	-	-
	28.804.637	-	-	-
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:				
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	973.938	53.122	-	-
	973.938	53.122	-	-
PARTES RELACIONADAS				
RENDIMENTOS		GASTOS		
ENTIDADES COM CONTROLO CONJUNTO OU INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA:				
Edifer, Dragados, Tecnovia, Conduril - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	826.443	292		
Edifer, Dragados, Tecnovia, Conduril - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	12.695.926	87.071		
	13.522.369	87.363		
SUBSIDIÁRIAS:				
Edirio - Construções, S.A.	1.008	31.200		
Métis Engenharia, Lda.	14.093.084	21.231.514		
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	1.329.519	821.087		
4M Properties, S.A.	-	-		
Mabalane - Inertes, Lda.	-	-		
Urano, Lda	688.584	939.707		
	16.112.195	23.023.508		
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:				
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	22.383	105.937		
Geonorte - Sucursal Angola	271.388	32.461		
	293.770	138.398		

Em 31 de dezembro de 2014:

PARTES RELACIONADAS	SALDOS PENDENTES ATIVOS	SALDOS PENDENTES PASSIVOS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	PROVISÕES
ENTIDADES COM CONTROLO CONJUNTO OU INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA:				
Edifer / RRC / Conduril, ACE	76.213	173.568	-	-
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	7.260.707	-	-	3.933.791
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	2.377.799	565.155	-	296.395
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	811.429	-	-	-
Edifer, Dragados, Tecnovia, Conduril - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	393.782	363.312	-	-
Edifer, Dragados, Tecnovia, Conduril - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	2.437.519	9.144	-	40.110
	13.357.450	1.111.178	-	4.270.297
SUBSIDIÁRIAS:				
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	1.914.055	-	314.060	-
Edirio - Construções, S.A.	992.172	62.887	12.500	212.728
Métis Engenharia, Lda.	1.251.673	7.387.701	-	-
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	12.329.843	8.513.638	28.921	844.386
4M Properties, S.A.	590.941	-	-	529.392
Mabalane - Inertes, Lda.	52	281.121	-	-
Urano, Lda.	136.616	-	-	-
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	67.001	-	-	-
	17.282.353	16.245.348	355.481	1.586.506
OUTRAS PARTICIPAÇÕES:				
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	6.658.701	-	-	-
SPER - Soc. Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A.	5.450.942	-	-	-
	12.109.643	-	-	-
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:				
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	367.252	105.075	-	-
	367.252	105.075	-	-

PARTES RELACIONADAS	RENDIMENTOS	GASTOS
ENTIDADES COM CONTROLO CONJUNTO OU INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA:		
Edifer, Dragados, Tecnovia, Conduril - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	79.170	-
Edifer, Dragados, Tecnovia, Conduril - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	143.480	-
	222.650	-
SUBSIDIÁRIAS:		
Edirio - Construções, S.A.	3.258	34.386
Métis Engenharia, Lda.	15.218.819	31.620.238
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	1.051.200	1.073.470
4M Properties, S.A.	-	-
Mabalane - Inertes, Lda.	-	-
Urano, Lda.	1.563.956	2.584.524
	17.837.233	35.312.618
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:		
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	413.715	1.412.660
	413.715	1.412.660

Os financiamentos concedidos a partes relacionadas, registados em outros ativos financeiros, encontram-se discriminados na Nota 9.2.

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

6.1. Divulgações, para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis

a. As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxas de amortização médias:

ATIVOS INTANGÍVEIS – OUTROS	VIDA ÚTIL	TAXA DE AMORTIZAÇÃO
Programas de computador	3	33,33%
Direitos de superfície	60	1,66%
Outros ativos intangíveis	3	33,33%

b. Os elementos dos ativos intangíveis são depreciados pelo método da linha reta, tendo por base as taxas de amortização previstas no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro.

c. Os ativos intangíveis apresentam a seguinte decomposição:

ATIVOS INTANGÍVEIS – OUTROS	31.12.2015		31.12.2014	
	ATIVO BRUTO	AMORT. E PERDAS POR IMPARIDADE	ATIVO BRUTO	AMORT. E PERDAS POR IMPARIDADE
Programas de computador	92.751	65.703	84.174	56.754
Propriedade industrial	47.121	-	47.121	-
Direitos de superfície	2.368.775	517.603	-	-
Outros ativos intangíveis	2.006	1.727	2.006	1.727
TOTAL	2.510.654	585.033	133.301	58.481

d. O valor das amortizações relativo a ativos intangíveis incluído na rubrica da demonstração dos resultados “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” ascende a:

AMORTIZAÇÕES DO PERÍODO – OUTROS	31.12.2015	31.12.2014
Programas de computador	8.913	6.961
Direitos de superfície	39.518	-
Outros ativos intangíveis	-	178
TOTAL	48.431	7.139

e. Os movimentos na rubrica de “Ativos intangíveis” durante 2015 e 2014 são os que se seguem:

	2015					
	GOODWILL	DIREITOS DE SUPERFÍCIE	SOFTWARE	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	OUTROS AT. INTANGÍVEIS	TOTAL
ATIVO BRUTO:						
Saldo em 31.12.2014	-	-	84.173	47.121	2.006	133.301
Adições	-	-	8.578	-	-	8.578
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transf. e abates	-	2.368.775	-	-	-	2.368.775
Saldo em 31.12.2015	-	2.368.775	92.751	47.121	2.006	2.510.654
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS:						
Saldo em 31.12.2014	-	-	56.754	-	1.727	58.481
Adições	-	39.518	8.913	-	-	48.431
Alienações	-	-	-	-	-	-
Regularizações	-	478.085	36	-	-	478.121
Saldo em 31.12.2015	-	517.603	65.703	-	1.727	585.033
VALOR LÍQUIDO	-	1.851.172	27.049	47.121	280	1.925.622

	2014					
	GOODWILL	PROJETOS DESENV.	SOFTWARE	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	OUTROS AT. INTANGÍVEIS	TOTAL
ATIVO BRUTO:						
Saldo em 31.12.2013	-	-	58.142	47.121	2.006	107.270
Adições	-	-	28.593	-	-	28.593
Alienações	-	-	-	-	-	-
Transf. e abates	-	-	(2.562)	-	-	(2.562)
Saldo em 31.12.2014	-	-	84.173	47.121	2.006	133.301
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS:						
Saldo em 31.12.2013	-	-	52.131	-	1.549	53.680
Adições	-	-	6.961	-	178	7.139
Alienações	-	-	-	-	-	-
Regularizações	-	-	(2.338)	-	-	(2.338)
Saldo em 31.12.2014	-	-	56.754	-	1.727	58.481
VALOR LÍQUIDO	-	-	27.419	47.121	280	74.820

7. ATIVOS TANGÍVEIS

7.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

a. Bases de mensuração:

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b. Método de depreciação usado:

A Empresa amortiza os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

c. Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxas de amortização médias:

ATIVOS TANGÍVEIS	VIDA ÚTIL	TAXA DE AMORTIZAÇÃO
Terrenos e recursos naturais	-	-
Edifícios e outras construções	10 - 25	4% - 10%
Equipamento básico	3 - 16	6,25% - 33,33%
Equipamento de transporte	3 - 8	12,50% - 33,33%
Equipamento administrativo	3 - 12	8,33% - 33,33%
Outros ativos fixos tangíveis	3 - 10	10% - 33,33%

d. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

	2015							
	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	INVEST. EM CURSO	TOTAL
ATIVO BRUTO:								
Saldo em 31.12.2014	8.409.500	22.120.126	58.597.329	30.074.111	1.819.920	1.256.241	3.310.722	125.587.950
Adições	-	243.918	4.683.544	2.635.343	99.090	656.422	13.117.592	21.435.909
Alienações	-	-	(734.413)	(729.267)	(29.326)	(7.543)	-	(1.500.549)
Transf. e abates	(2.368.775)	-	4.041.004	(3.145.090)	(3.784)	-	(4.109.566)	(5.586.211)
Saldo em 31.12.2015	6.040.725	22.364.044	66.587.464	28.835.097	1.885.901	1.905.120	12.318.748	139.937.099
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2014	-	14.175.698	41.615.153	18.843.394	1.386.501	297.012	-	76.317.758
Adições	-	531.468	5.946.295	3.686.707	104.830	299.299	-	10.568.599
Alienações	-	-	(225.877)	(577.763)	(7.478)	(1.320)	-	(812.438)
Transf. e abates	-	-	(1.523)	(1.666.011)	-	-	-	(1.667.534)
Saldo em 31.12.2015	-	14.707.166	47.334.048	20.286.327	1.483.853	594.991	-	84.406.385
VALOR LÍQUIDO	6.040.725	7.656.878	19.253.416	8.548.770	402.048	1.310.129	12.318.748	55.530.714

	2014							
	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	INVEST. EM CURSO	TOTAL
ATIVO BRUTO:								
Saldo em 31.12.2013	8.707.614	21.956.100	49.268.378	24.003.292	1.676.564	443.225	4.693.870	110.749.043
Adições	8.706	375	4.243.719	6.877.699	254.089	842.035	6.910.277	19.136.900
Alienações	(306.820)	-	(822.134)	(521.544)	(1.174)	(26.565)	-	(1.678.237)
Transf. e abates	-	163.651	5.907.366	(285.337)	(109.558)	(2.454)	(8.293.425)	(2.619.757)
Saldo em 31.12.2014	8.409.500	22.120.126	58.597.329	30.074.110	1.819.921	1.256.241	3.310.722	125.587.949
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2013	-	13.655.996	37.496.815	15.800.365	1.280.357	125.275	-	68.358.808
Adições	-	550.188	5.026.794	3.622.921	99.639	91.961	-	9.391.503
Alienações	-	-	(568.615)	(223.667)	(1.174)	(4.507)	-	(797.963)
Transf. e abates	-	(30.486)	(339.841)	(356.225)	7.679	84.283	-	(634.590)
Saldo em 31.12.2014	-	14.175.698	41.615.153	18.843.394	1.386.501	297.012	-	76.317.758
VALOR LÍQUIDO	8.409.500	7.944.428	16.982.176	11.230.716	433.420	959.229	3.310.722	49.270.190

7.2. Quantia de dispêndios reconhecida na quantia escriturada de ativos fixos durante a sua construção

ATIVOS TANGÍVEIS	DISPÊNDIOS RECONHECIDOS DURANTE A CONSTRUÇÃO 2015	DISPÊNDIOS RECONHECIDOS DURANTE A CONSTRUÇÃO 2014
Edifícios e outras construções	5.991.756	630.117
Equipamento básico	7.041.673	6.280.160
Equipamento de transporte	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	84.163	-
TOTAL	13.117.592	6.910.277

7.3. Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de custo de outros ativos durante o período:

ATIVOS TANGÍVEIS	DEPRECIAÇÃO RECONHECIDA NOS RESULTADOS	DEPRECIAÇÃO RECONHECIDA COMO PARTE DE CUSTO DE OUTROS ATIVOS	TOTAL
Terrenos e recursos naturais	-	-	-
Edifícios e outras construções	531.468	-	531.468
Equipamento básico	5.946.295	-	5.946.295
Equipamento de transporte	3.686.707	-	3.686.707
Equipamento administrativo	104.830	-	104.830
Outros ativos fixos tangíveis	299.299	-	299.299
TOTAL	10.568.599	-	10.568.599

7.4. Depreciação acumulada no final do período

DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	31.12.2015	31.12.2014
Terrenos e recursos naturais	-	-
Edifícios e outras construções	14.707.166	14.175.698
Equipamento básico	47.334.048	41.615.153
Equipamento de transporte	20.286.327	18.843.394
Equipamento administrativo	1.483.853	1.386.501
Outros ativos fixos tangíveis	594.991	297.012
TOTAL	84.406.385	76.317.758

7.5. Itens do ativo fixo em curso

Os valores mais significativos incluídos na rubrica "Investimentos em curso", em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, referem-se aos seguintes projetos:

	31.12.2015	31.12.2014
Edifícios e outras construções	5.224.959	1.470.928
Equipamentos	7.005.880	1.839.794
Outros ativos	87.909	-
TOTAL	12.318.748	3.310.722

7.6. Ativos fixos tangíveis por localização geográfica

2015	ATIVO BRUTO	DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	QUANTIA LÍQUIDA
Portugal	45.088.664	31.673.638	13.415.026
Angola	66.972.301	42.196.953	24.775.348
Moçambique	6.260.430	2.618.097	3.642.333
Marrocos	2.207.482	1.754.990	452.492
Botswana	128.200	112.072	16.128
Cabo Verde	32.774	14.247	18.527
Senegal	6.946.576	2.350.785	4.595.791
Zâmbia	10.846.633	3.560.515	7.286.118
Malawi	1.007.573	108.613	898.960
Gabão	446.466	16.475	429.991
TOTAL	139.937.099	84.406.385	55.530.714

2014	ATIVO BRUTO	DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	QUANTIA LÍQUIDA
Portugal	41.013.745	30.679.636	10.334.109
Angola	57.047.998	38.659.151	18.388.847
Moçambique	5.219.125	1.839.013	3.380.112
Marrocos	2.228.818	1.584.513	644.305
Botswana	137.036	112.617	24.419
Cabo Verde	108.780	32.465	76.315
Senegal	10.549.072	2.004.428	8.544.644
Zâmbia	9.274.742	1.405.552	7.869.190
Malawi	8.632	383	8.249
TOTAL	125.587.948	76.317.758	49.270.190

8. LOCAÇÕES

8.1. Locações financeiras - Locatários:

a. Quantia escriturada líquida para cada categoria de ativo à data de 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

	31.12.2015	31.12.2014
Equipamento básico	2.098.493	3.779.093
Equipamento de transporte	1.537.071	1.400.087
TOTAL	3.635.564	5.179.179

b. Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data de 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 e o seu valor presente:

	31.12.2015	31.12.2014
Pagamentos mínimos até 1 ano	1.193.861	2.601.724
Pagamentos mínimos mais de 1 ano e não mais de 5 anos	76.058	1.270.274
Pagamentos mínimos mais do que 5 anos	-	-
TOTAL DE PAGAMENTOS MÍNIMOS	1.269.919	3.871.997
Pagamento de juros futuros	53.826	434.545
VALOR PRESENTE DAS RESPONSABILIDADES	1.216.093	3.437.452

c. Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data de balanço e o seu valor presente:

	PAGAMENTOS MÍNIMOS		VALOR PRESENTE	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Não mais de 1 ano	1.193.861	2.601.724	1.140.973	2.235.581
Mais de 1 ano e não mais de 5 anos	76.058	1.270.274	75.120	1.201.871
Mais do que 5 anos	-	-	-	-
TOTAL	1.269.919	3.871.997	1.216.093	3.437.452

9. INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

9.1. Empreendimentos conjuntos

a. Listagem e descrição de interesses em empreendimentos conjuntos significativos:

DESCRIÇÃO	TIPO DE EMPREENDIMENTO	OUTROS PARTICIPANTES
Edifer / RRC / Conduril, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Edifer e RRC
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	Entidade conjuntamente controlada	MonteAdriano e Jaime Ribeiro e Filhos
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	Entidade conjuntamente controlada	MonteAdriano e Jaime Ribeiro e Filhos
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	Entidade conjuntamente controlada	Jaime Ribeiro e Filhos
Rodovias do Algarve Litoral, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Edifer, Dragados e Tecnovia
Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Edifer, Dragados e Tecnovia

b. Proporção do interesse de propriedade detido e dados sobre as entidades:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	PROPORÇÃO DO INTERESSE DETIDO	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Edifer / RRC / Conduril, ACE	33,33%	111.871	1.054.714	335.648	224.737
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril – Construção, ACE	33,33%	-	20.936.963	(11.802.554)	(123.551)
Groupement CJA/Lot 3 – Construção ACE	33,33%	-	n/d	n/d	n/d
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	50%	-	9.701.990	(592.790)	(23.170)
Rodovias do Algarve Litoral, ACE	17,86%	149.353	15.670.538	836.244	157.791
Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	17,86%	-	74.994.380	(1.223.719)	(822.616)
		261.225			

À data de preparação das demonstrações financeiras não se encontravam disponíveis as demonstrações financeiras do agrupamento Groupement CJA / Lot 3 – Construção ACE.

No que respeita às seguintes entidades a aplicação do método de equivalência patrimonial teve em consideração as demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2014: Groupement Túnel de Nador, Construção ACE, Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril – Construção, ACE e Edifer / RRC / Conduril, ACE.

c. Método usado no reconhecimento dos interesses em empreendimentos conjuntos:

Os interesses em empresas conjuntamente controladas foram reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo método da equivalência patrimonial, desde a data em que o controlo é partilhado. De acordo com este método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo sendo a quantia escriturada ajustada pelo valor correspondente à proporção detida nos resultados líquidos, pelos dividendos recebidos e variação do capital próprio.

9.2. Empresas subsidiárias

a. Listagem e descrição das empresas subsidiárias:

DESCRIÇÃO	TIPO DE PARTICIPAÇÃO	MÉTODO UTILIZADO
Conduril – Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	100,00%	Equivalência patrimonial
Edirio – Construções, S.A.	100,00%	Equivalência patrimonial
Métis Engenharia, Lda.	99,00%	Equivalência patrimonial
ENOP – Engenharia e Obras Públicas, Lda.	85,47%	Equivalência patrimonial
Mabalane – Inertes, Lda.	97,82%	Equivalência patrimonial
4M Properties, S.A.	98,00%	Equivalência patrimonial
Urano, Lda.	99,00%	Equivalência patrimonial
Conduril Engenharia – Açores, S.A.	100,00%	Equivalência patrimonial

b. Dados sobre as entidades:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Conduril – Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	-	5.102.084	(88.840)	(110.780)
Edirio – Construções, S.A.	-	722.539	(247.562)	(34.834)
Métis Engenharia, Lda.	10.932.910	39.820.337	11.043.344	135.399
ENOP – Engenharia e Obras Públicas, Lda.	-	17.861.445	(739.823)	22.744
Mabalane – Inertes, Lda.	55.934	366.567	57.181	34.921
4M Properties, S.A.	-	42.522	(482.822)	(68.167)
Urano, Lda.	2.278.883	6.989.944	2.301.902	159.146
Conduril Engenharia – Açores, S.A.	162.594	416.397	162.594	(75.014)
	13.430.321			

Relacionado com estas participações encontram-se registados na rubrica de “Outros ativos financeiros”, os seguintes montantes relativos a financiamentos concedidos:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS
Conduril – Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	336.000	314.060
Edirio – Construções, S.A.	12.500	12.500
ENOP – Engenharia e Obras Públicas, Lda.	22.659	22.659
TOTAL OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	371.159	349.219

9.3. Rendimentos/Perdas em subsidiárias e empreendimentos conjuntos

RENDIMENTOS/PERDAS EM SUBSIDIÁRIAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS	31.12.2015	31.12.2014
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	(676.335)	(29.362)
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	686.404	3.528.023
Eliminação de rendimentos relacionados com vendas de ativos fixos tangíveis a sucursais	176.237	354.270
Eliminação de gastos relacionados com vendas de ativos fixos tangíveis a sucursais	-	(5.513)
Provisões para perdas em empresas do grupo (Nota 13)	(49.240)	(562.055)
TOTAL	137.065	3.285.362

10. INVENTÁRIOS

10.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou ao valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os gastos de compra, gastos de conversão e outros gastos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os gastos de compra incluem o preço de compra, direitos de importação e outros impostos, gastos de transporte, manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os gastos de conversão incluem os gastos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como mão de obra direta. Também incluem uma imputação sistemática de gastos gerais de produção fixos e variáveis que sejam incorridos em bens acabados. A imputação de gastos gerais de produção é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A Empresa valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio do custo médio ponderado, a qual pressupõe que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

10.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia escriturada dos inventários discriminava-se da seguinte forma:

INVENTÁRIOS	31.12.2015	31.12.2014
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5.642.350	5.851.105
Mercadorias	13.642	90.806
Produtos acabados e intermédios	129.375	129.375
Produtos e trabalhos em curso	310.187	310.187
	6.095.554	6.381.473
Perdas por imparidade	(306.596)	(218.990)
TOTAL	5.788.958	6.162.482

10.3. Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

O valor dos inventários reconhecidos como um gasto durante o período foi como se segue:

	MERCADORIAS		MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Inventário inicial	90.806	110.507	5.632.114	5.998.390
Perdas por imparidade em existências	-	-	(87.606)	(9.934)
Compras	-	-	47.588.940	49.988.334
Reclassificação e regularização de inventários	(77.164)	(19.701)	-	-
Inventário final	(13.642)	(90.806)	(5.335.754)	(5.632.114)
GASTO DO PERÍODO	-	-	47.797.694	50.344.676

	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS		PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Inventário inicial	(129.375)	(409.884)	(310.187)	(310.187)
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
Alterações no perímetro	-	-	-	-
Inventário final	129.375	129.375	310.187	310.187
VARIAÇÃO DE INVENTÁRIOS NA PRODUÇÃO	-	(280.509)	-	-

10.4. Quantia das perdas por imparidade em inventários reconhecida no resultado do período

O valor das perdas por imparidade reconhecidas no resultado do período foi o seguinte:

PERDAS POR IMPARIDADE EM INVENTÁRIOS	31.12.2015	31.12.2014
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	87.606	10.243
Produtos acabados e intermédios	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-
TOTAL	87.606	10.243

10.5. Movimento durante o período das perdas por imparidade em inventários

MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	
Perdas por imparidade acumuladas em 31.12.2014	218.990
Reforço	87.606
Reversão	-
Utilização	-
PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS EM 31.12.2015	306.596

11. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

11.1. Quantia do rédito do contrato reconhecida como rédito do período

O rédito de cada contrato de construção compreende a quantia inicial de rédito acordada bem como variações nos trabalhos, reclamações e pagamentos de incentivos até ao ponto que seja provável que resultem em réditos e estejam em condições de serem fiavelmente mensurados. A 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor dos réditos reconhecidos como rédito do período eram como se segue:

OBRA/CONTRATO	RÉDITO DO PERÍODO 2015	RÉDITO DO PERÍODO 2014
Contratos de construção	166.439.284	193.457.727
TOTAL	166.439.284	193.457.727

11.2. Métodos usados para determinar o rédito do contrato reconhecido no período

O reconhecimento do rédito do período é efetuado de acordo com o método da percentagem de acabamento. Segundo este método, o rédito é balanceado com os gastos contratuais incorridos ao atingir a fase de acabamento. O rédito do contrato é reconhecido como rédito na demonstração dos resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho seja executado. Nos casos em que o desfecho dos contratos não possa ser estimado fiavelmente, o rédito é reconhecido até ao ponto em que seja provável que os gastos do contrato incorridos serão recuperáveis.

11.3. Métodos usados para determinar a fase de acabamento dos contratos em curso

De forma a determinar a fase de acabamento de um contrato, é utilizado o método que mensure com maior fiabilidade o trabalho executado. Dependendo da natureza do contrato, o método utilizado para determinar a fase de acabamento pode variar, como se discrimina:

- A proporção em que os gastos dos contratos incorridos no trabalho executado até à data estejam para os gastos estimados totais do contrato;
- Levantamento do trabalho executado;
- Conclusão de uma proporção física do trabalho executado.

11.4. Informação relativa aos contratos de construção em curso

2015	GASTOS INCORRIDOS	RENDIMENTOS RECONHECIDOS	ADIANTEMENTOS RECEBIDOS	RETENÇÕES
Contratos em curso	394.979.063	536.048.682	14.134.320	5.093.425
TOTAL	394.979.063	536.048.682	14.134.320	5.093.425

2014	GASTOS INCORRIDOS	RENDIMENTOS RECONHECIDOS	ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	RETENÇÕES
Contratos em curso	408.512.689	575.824.269	18.828.733	6.392.538
TOTAL	408.512.689	575.824.269	18.828.733	6.392.538

12. RÉDITOS

12.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços

A Empresa reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

a. Vendas – são reconhecidas nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade e quando os gastos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

b. Prestações de serviços – são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

c. Juros – são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo.

d. Dividendos – são reconhecidos a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista receber o pagamento.

12.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

	31.12.2015	31.12.2014
Vendas de bens	-	358.627
Prestações de serviços	173.689.057	199.478.138
Juros	5.109.752	3.904.902
Royalties	-	-
Dividendos	60.340	56.705
TOTAL	178.859.149	203.798.372

13. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

13.1. Provisões

A Empresa reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado; seja provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2015, ocorreram os seguintes movimentos relativos a provisões:

PROVISÕES	SALDO INICIAL	AUMENTOS	RECLASSIFICAÇÃO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Garantias a clientes	1.062.310	607.549	-	(42.574)	1.627.286
Outras provisões	7.023.681	796.026	(777.604)	(6.585.211)	456.891
	8.085.991	1.403.575	(777.604)	(6.627.785)	2.084.177
Investimentos financeiros (Nota 9)	5.896.534	302.120	-	(252.880)	5.945.774
TOTAL	13.982.525	1.705.695	(777.604)	(6.880.665)	8.029.951

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2014, ocorreram os seguintes movimentos relativos a provisões:

PROVISÕES	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REVERSÃO	SALDO FINAL
Garantias a clientes	948.514	252.261	(138.464)	1.062.310
Outras provisões	2.174.683	5.585.468	(736.470)	7.023.681
	3.123.197	5.837.728	(874.934)	8.085.991
Investimentos financeiros (Nota 9)	5.334.479	562.055	-	5.896.534
TOTAL	8.457.675	6.399.784	(874.934)	13.982.525

As provisões para investimentos financeiros referem-se a empresas subsidiárias no âmbito da aplicação do método de equivalência patrimonial, nomeadamente, o Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE, a ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda., o Groupement Túnel de Nador, Construção ACE, a Edirio - Construções, S.A., a 4M Properties, S.A., a Edifer, Dragados, Tecnovia, Conduril - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE e a Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A..

14. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CâMBIO

14.1. Diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados

	31.12.2015	31.12.2014
DIFERENÇAS DE CâMBIO DESFAVORÁVEIS		
Outros gastos e perdas	19.805.865	7.886.167
TOTAL	19.805.865	7.886.167
DIFERENÇAS DE CâMBIO FAVORÁVEIS		
Outros rendimentos e ganhos	28.246.312	23.616.178
TOTAL	28.246.312	23.616.178

14.2. Diferenças de câmbio líquidas classificadas num componente separado do capital próprio

	DIFERENÇAS DE CâMBIO NO CAPITAL PRÓPRIO
Saldo a 31.12.2014	558.507
Reforços	300.014
Reclassificação para outras variações	(106.899)
Anulações	(2.462.392)
SALDO A 31.12.2015	(1.710.770)
	DIFERENÇAS DE CâMBIO NO CAPITAL PRÓPRIO
Saldo a 31.12.2013	(549.682)
Reforços	1.192.949
Anulações	(84.760)
SALDO A 31.12.2014	558.507

15. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

15.1. Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 18 de fevereiro de 2016. O Conselho de Administração é da opinião que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

16. MATÉRIAS AMBIENTAIS

16.1. Descrição das bases de mensuração adotadas, bem como dos métodos utilizados no cálculo de ajustamentos de valor

Decorrente da sua atividade, é responsabilidade legal/contratual da Empresa evitar, reduzir ou reparar danos ambientais. Para cumprir com esta obrigação, ao longo do período findo a 31 de dezembro de 2015, a Empresa incorreu em gastos que ascenderam a 36.000 euros (em 2014 ascenderam a 52.000 euros).

Para mensurar os dispêndios de caráter ambiental, a Empresa reconhece os gastos que efetivamente ocorreram no período.

16.2. Dispêndios de caráter ambiental imputados a resultados

Todos os dispêndios de caráter ambiental devem ser considerados em resultados se foram gastos incorridos no próprio período, ou seja, se não visarem evitar danos futuros ou proporcionar benefícios futuros.

Assim, os dispêndios de caráter ambiental imputados a resultados dizem respeito a atividades passadas ou correntes e ao restauro das condições ambientais no estado em que se encontravam antes da contaminação.

	QUANTIA IMPUTADA A RESULTADOS
Tratamento de resíduos	36.000
Tratamento de águas residuais	-
TOTAL	36.000

17. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

17.1. Principais componentes de gastos/rendimentos de impostos

	31.12.2015	31.12.2014
IMPOSTO CORRENTE E AJUSTAMENTOS:		
Imposto corrente do período	3.569.210	14.241.440
	3.569.210	14.241.440
IMPOSTOS DIFERIDOS:		
Impostos diferidos relacionados com diferenças temporárias	(145.843)	79.247
	(145.843)	79.247
GASTO COM IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	3.423.366	14.320.686

O imposto corrente ou imposto diferido deve ser debitado ou creditado diretamente ao capital próprio se o imposto se relacionar com itens que sejam debitados ou creditados, no mesmo ou num diferente período, diretamente ao capital próprio.

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2015, não foram efetuados débitos/créditos diretamente no capital próprio relacionado com impostos diferidos.

17.2. Relacionamento entre gastos/rendimentos de impostos e lucro contabilístico

RECONCILIAÇÃO DA TAXA EFETIVA DE IMPOSTO	31.12.2015	31.12.2014
Resultado antes de imposto	9.594.905	43.829.800
Gasto com impostos sobre o rendimento	3.423.366	14.320.686
Taxa efetiva de imposto	35,68%	32,67%
Taxa nominal de imposto (21% em Portugal e 30% Angola em 2015, 23% em Portugal e 30% em Angola em 2014)	3.301.925	10.080.854
AJUSTAMENTOS:		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	(28.784)	(717.028)
Taxas diferenciadas de imposto e efeito dupla tributação	152.283	188.560
Gastos não aceites como custo fiscal	409.106	102.171
Ajustamentos de valores dos ativos não dedutíveis	-	-
Provisões não aceites como gasto	370.077	1.278.834
Reversão de provisões não tributadas	(1.315.481)	-
Insuficiência / Excesso de estimativa e outros impostos	(1.687.428)	-
Outros rendimentos não tributados	(79.731)	-
Prejuízos fiscais gerados no período	1.959.224	-
Tributações autónomas	487.604	556.983
Derrama	-	2.845.796
Impostos diferidos decorrentes de exercícios anteriores	(145.843)	79.247
Outros	414	(94.731)
	121.441	4.239.832
Ajustamentos relativos ao imposto de períodos anteriores	-	-
GASTO COM IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	3.423.366	14.320.686

O montante relativo a “Taxas de imposto diferenciadas” decorre, essencialmente, da sucursal do Gabão em 2015 e da sucursal de Angola em 2014 serem tributadas em sede de imposto sobre o rendimento a uma taxa de 30%.

Com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2015, nos termos artigo 54º-A do Código do IRC, a Empresa optou pela não inclusão do lucro tributável imputável à sucursal de Angola.

17.3. Detalhe dos impostos diferidos

A 31 de dezembro de 2015, os ativos e passivos por impostos diferidos discriminam-se como se segue:

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	RECLASSIFICAÇÃO	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Prejuízos fiscais	49.447	-	-	(49.447)	-
Outros	-	1.879	-	-	1.879
TOTAL	49.447	1.879	-	(49.447)	1.879

PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIÁÇÕES	REFORÇO	REVERSÃO	ALTERAÇÃO TAXA IRC	SALDO FINAL
Excedentes de revalorização	1.286.297	-	-	(110.970)	(74.458)	1.100.869
Rendimento a tributar	179.630	(122.686)	-	(56.944)	-	-
Depreciações não aceites	431.447	(101.904)	-	(27.376)	-	302.167
TOTAL	1.897.374	(224.590)	-	(195.290)	(74.458)	1.403.036

O montante referente a “Alteração da taxa de IRC” está relacionado com a não inclusão do lucro tributável imputável à sucursal de Angola.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1. Bases de mensuração

É política da Empresa reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa mensura ao custo ou ao custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de

financiamento (como por exemplo, a Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante, não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito).

Os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade.

Todos os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade são mensurados ao justo valor.

A Empresa não inclui os gastos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro que seja mensurado ao justo valor com contrapartida em resultados.

Enquanto a Empresa for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não será alterada.

18.2. Ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros com reconhecimento de imparidade:

	31.12.2015		31.12.2014	
	QUANTIA ESCRITURADA	IMPARIDADE ACUMULADA	QUANTIA ESCRITURADA	IMPARIDADE ACUMULADA
Clientes, c/c	180.269.583	-	212.572.498	-
Clientes, c/garantias	9.525.687	-	10.504.312	-
Clientes de cobrança duvidosa	2.642.112	(2.642.112)	2.639.824	(2.639.824)
TOTAL	192.437.381	(2.642.112)	225.716.634	(2.639.824)

18.3. Ativos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica inclui os títulos da dívida pública do Estado Angolano (obrigações do tesouro), recebidos como resultado dos acordos de regularização de dívidas em atraso do cliente Instituto Nacional de Estradas de Angola.

18.4. Participações financeiras registadas ao custo e outros ativos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial (nota 9). Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso de financiamentos concedidos, ao valor nominal. É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

A 31 de dezembro de 2015 e 2014 o detalhe das participações financeiras registadas pelo modelo do custo e de outros ativos financeiros detalha-se como se segue:

	31.12.2015			31.12.2014		
	PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS		PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	
		CUSTO	IMPARIDADE ACUMULADA		CUSTO	IMPARIDADE ACUMULADA
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	110.000	11.396.123	-	110.000	6.658.701	-
SPER, S.A.	129.500	17.408.514	-	129.500	5.450.942	-
Planestrada - Op. Manut. Rod., S.A.	5.000	-	-	5.000	-	-
Marestrada - Op. Man. Rod., S.A.	5.000	-	-	5.000	-	-
Norgarante	10.000	-	-	10.000	-	-
BAI - Banco Africano Investimento	341.375	-	-	341.375	-	-
Lusitânia Seguros	76.815	-	-	76.815	-	-
Edirio, S.A.	-	12.500	(12.500)	-	12.500	(12.500)
Conduril - Concessões Infraest., S.A.	-	336.000	(336.000)	-	336.000	(314.060)
ENOP - Eng. Obras Públicas, Lda.	-	22.659	(22.659)	-	28.921	(28.921)
TOTAL	677.690	29.175.796	(371.159)	677.690	12.487.064	(355.481)
Outros Ativos Financeiros Não Correntes		28.804.637			12.131.583	

18.5. Total de gastos e rendimentos de juros para ativos e passivos financeiros

Para calcular o custo amortizado de um ativo financeiro ou de um passivo financeiro e imputar o rendimento dos juros ou o gasto dos juros durante o período, foi utilizado o método do juro efetivo. De acordo com este método, o total de rendimentos de juros, para os ativos financeiros, e o total de gastos de juros, para os passivos financeiros, discriminam-se como se segue:

a. Rendimentos de juros para ativos financeiros:

ATIVOS FINANCEIROS	31.12.2015	31.12.2014
Depósitos bancários	5.107.919	3.904.297
Outros	1.833	604
TOTAL	5.109.752	3.904.902

b. Gastos de juros para passivos financeiros:

PASSIVOS FINANCEIROS	31.12.2015	31.12.2014
Financiamentos	11.015.549	5.191.076
Locações financeiras	375.362	560.217
Outros	80.693	44.783
TOTAL	11.471.604	5.796.075

18.6. Perda por imparidade em ativos financeiros

Para os ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor através de resultados e relativamente aos quais se verificaram indícios de imparidade, a Empresa avaliou as imparidades respetivas. Desta avaliação, o Grupo conseguiu adquirir evidência objetiva de que os ativos financeiros, apresentados no quadro seguinte, apresentam perdas por imparidade no período:

ATIVOS FINANCEIROS	31.12.2015	
	PERDAS POR IMPARIDADE	REVERSÕES
Clientes	271.091	-
Outras contas a receber	-	-
Outros ativos financeiros	-	-
TOTAL	271.091	-

ATIVOS FINANCEIROS	31.12.2014	
	PERDAS POR IMPARIDADE	REVERSÕES
Clientes	236.784	-
Outras contas a receber	-	-
Outros ativos financeiros	-	-
TOTAL	236.784	-

18.7. Montante de capital social

A 31 de dezembro de 2015, a Empresa detinha um capital social de 10.000.000 euros, totalmente subscrito e realizado.

18.8. Ações representativas do capital social

A 31 de dezembro de 2015, o capital social era composto por 2.000.000 ações, ao valor nominal de 5 euros por ação.

19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

19.1. Benefícios pós-emprego

A 31 de dezembro de 2015, existiam 89 funcionários a usufruir de benefícios pós-emprego relativamente a planos de benefício definido. Em 31 de dezembro de 2015, as operações referentes ao período resumem-se como se segue:

GASTOS COM PENSÕES	31.12.2015	31.12.2014
Custo dos serviços correntes	239.350	360.491
Custo juros	274.402	294.967
Rendimentos e perdas atuariais	(53.487)	(245.228)
Retorno dos ativos	(132.730)	(330.497)
TOTAL	327.535	79.733

O excesso de cobertura da responsabilidade a 31 de dezembro de 2015, no valor de 140.942 euros, encontra-se registado na rubrica de "Diferimentos". Foi igualmente considerado na rubrica de "Rendimentos a reconhecer" o valor de 541.672 euros referente a ganhos atuariais em 2015.

Pressupostos utilizados no estudo atuarial:

	31.12.2015	31.12.2014
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Idade normal de reforma	66 anos	66 anos
Número de pensões no ano	13	13
Taxa de rendimento anual dos ativos	4%	4%
Taxa de crescimento dos salários	2%	2%
Taxa de desconto	4%	4%

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

20.1. Estados e outros entes públicos

O detalhe da rubrica de "Estado e outros entes públicos" em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, é o seguinte:

ATIVO	31.12.2015	31.12.2014
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	5.995	4.038.565
Imposto sobre o Valor Acrescentado	8.793.514	9.133.676
Contribuições para a Segurança Social	-	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	8.460.924	7.102.390
Outras tributações	5.051.064	3.855.041
TOTAL	22.311.497	24.129.672

PASSIVO	31.12.2015	31.12.2014
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	448.233	625.089
Imposto sobre o Valor Acrescentado	4.734.064	3.678.119
Contribuições para a Segurança Social	436.511	439.974
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	2.632.173	13.782.037
Outras tributações	768.702	202.963
TOTAL	9.019.682	18.728.182

20.2. Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2015, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, no montante de 91.349.627 euros (em 31 de dezembro de 2014 o montante ascendia a 97.124.463 euros).

20.3. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços em 31 de dezembro de 2015 e 2014 distribuíram-se da seguinte forma:

	31.12.2015	31.12.2014
Mercado interno	35.236.285	14.542.892
Mercado externo	138.452.772	185.293.873
TOTAL	173.689.057	199.836.765

20.4. Gastos com pessoal

A rubrica de “Gastos com pessoal” tem, no período findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a seguinte composição:

	31.12.2015	31.12.2014
Remunerações dos órgãos sociais	1.162.717	1.072.395
Remunerações do pessoal	29.254.918	31.614.041
Benefícios pós-emprego (Nota 19)	327.535	79.733
Indemnizações	134.325	42.521
Encargos sobre remunerações	2.913.612	2.720.832
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	978.510	1.035.120
Gastos de ação social	2.928.316	3.401.525
Outros	1.675.850	1.465.431
TOTAL	39.375.783	41.431.598

20.5. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” tem, no período findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a seguinte composição:

	31.12.2015	31.12.2014
Rendimentos suplementares	16.690.064	17.798.715
Descontos de pronto pagamento obtidos	13.955	50.712
Diferenças de câmbio favoráveis	28.246.312	23.616.178
Rendimentos em inventários	-	16.651
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos não financeiros	546.519	1.513.628
Juros obtidos	5.109.752	3.904.902
Dividendos obtidos	60.340	56.705
Outros	1.169.214	1.475.946
TOTAL	51.836.156	48.433.437

20.6. Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” tem, no período findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a seguinte composição:

	31.12.2015	31.12.2014
Impostos	4.363.772	4.843.698
Descontos de pronto pagamento concedidos	2.831.820	5
Diferenças de câmbio desfavoráveis	19.805.865	7.886.167
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	773.088	506.355
Outros	456.502	542.237
TOTAL	28.231.047	13.778.462

20.7. Demonstração dos resultados financeiros

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	31.12.2015	31.12.2014
Juros suportados	11.390.911	5.751.293
Outros gastos e perdas de financiamento	2.691.738	2.290.846
TOTAL	14.082.650	8.042.139

20.8. Diferimentos

Os diferimentos ativos e passivos têm a seguinte composição:

DIFERIMENTOS ATIVOS	31.12.2015	31.12.2014
Gastos a reconhecer - seguros	516.040	416.466
Gastos a reconhecer - outros	9.556	52.357
Fundo de pensões - excedente (Nota 19)	140.943	461.680
Outros diferimentos	888.550	44.287
TOTAL	1.555.088	974.790

DIFERIMENTOS PASSIVOS	31.12.2015	31.12.2014
Rendimentos a reconhecer - NCRF 19	7.492.688	16.760.563
Rendimentos a reconhecer - lucros operações internas	493.659	520.295
Fundo de pensões (Nota 19)	541.672	534.875
Faturação a reconhecer	945.731	1.745.515
TOTAL	9.473.750	19.561.248

20.9. Outras contas a receber e a pagar

A rubrica de "Outras contas a receber" em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a seguinte composição:

	31.12.2015	31.12.2014
Fornecedores saldos devedores	166.266	79.820
Pessoal	59.059	101.402
Fornecedores de investimentos	142.384	517.571
Adiantamentos por conta de vendas	49.751	49.751
Devedores por acréscimos de rendimentos	18.995.502	20.632.983
Devedores diversos	31.342.175	9.355.916
TOTAL	50.755.137	30.737.443

A rubrica de "Outras contas a pagar" em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a seguinte composição:

	31.12.2015	31.12.2014
Clientes saldos credores	60.295	10.153
Pessoal	1.223.803	1.042.815
Fornecedores de investimentos	1.850.694	353.701
Credores por acréscimos de gastos	4.095.253	4.064.665
Credores diversos	3.065.337	3.023.755
Outros	19.112	-
TOTAL	10.314.494	8.495.089

05





RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO
E CONTAS
2015

CONSELHO FISCAL

Exercício de 2015

Exmos. Senhores Acionistas:

No cumprimento do disposto na lei, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu relatório e dar parecer sobre o relatório de gestão, balanço, contas e proposta de aplicação de resultados, que lhe foram apresentados pelo Conselho de Administração da CONDURIL – Engenharia, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Relatório

O Conselho reuniu regularmente e, no desempenho das suas funções, acompanhou a atividade social e a evolução dos negócios da CONDURIL – Engenharia, S.A., vigiou e zelou pela observação da lei e dos estatutos, e inteirou-se dos atos praticados pelo Conselho de Administração, o qual sempre prestou os esclarecimentos que lhe foram solicitados.

Também no desempenho das suas funções, o Conselho procedeu a uma atenta análise do relatório de gestão apresentado pelo Conselho de Administração, do balanço, da demonstração de resultados, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, e do respetivo anexo com as suas notas explicativas, documentos estes que foram considerados em boa ordem e que no seu conjunto espelham bem a atividade desenvolvida e a situação patrimonial.

No âmbito da sua competência, o Conselho foi informado dos trabalhos desenvolvidos ao longo do ano pela sociedade de revisores oficiais de contas, obteve as informações e os esclarecimentos, prestados pela sua representante, necessários à fiscalização da revisão de contas aos documentos de prestação de contas, tomou conhecimento do relatório de conclusões e recomendações de auditoria enviado ao Conselho de Administração, e procedeu à análise da certificação legal das contas, documento este que merece a sua concordância relativamente ao seu teor.

Ainda no âmbito da sua competência, o Conselho expressa a sua concordância relativamente às políticas contabilísticas e aos critérios valorimétricos utilizados.

Em resultado do exposto, o Conselho considera que o relatório de gestão, balanço, demonstração de resultados, fluxos de caixa e alterações no capital próprio permitem, no seu conjunto, o correto entendimento da situação financeira da CONDURIL – Engenharia, S.A., em 31 de dezembro de 2015, e dos resultados do exercício findo nessa data, e considera também que as disposições legais e estatutárias foram respeitadas.

A concluir, o Conselho acompanha o Conselho de Administração no agradecimento aos Colaboradores pelo seu empenho e dedicação.

Assim, o Conselho Fiscal é de

Parecer

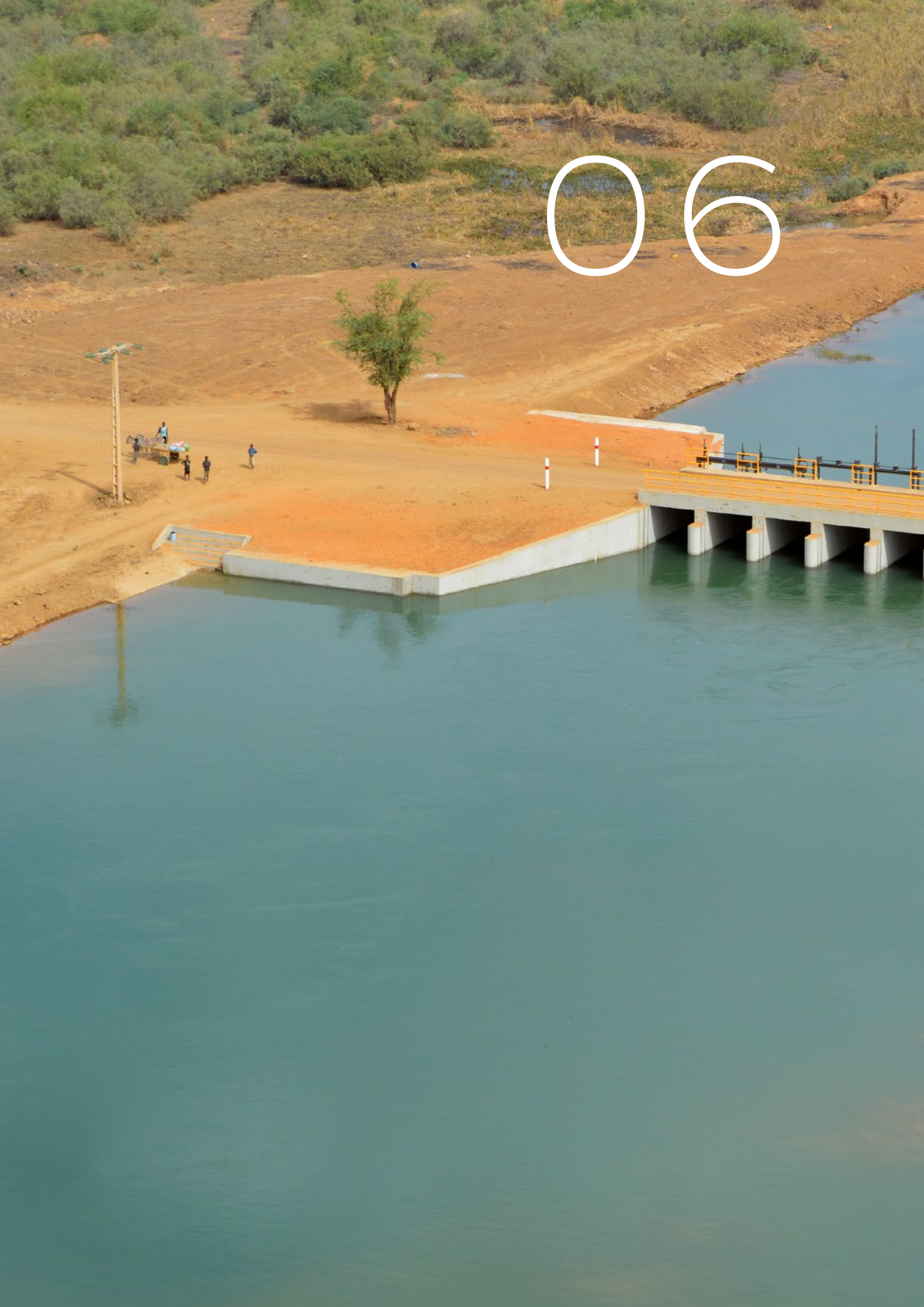
1. que sejam aprovados o relatório de gestão, as contas e os respetivos anexos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015;
2. que seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados constante do relatório de gestão, nos termos apresentados pelo Conselho de Administração.

Ermesinde, 14 de março de 2016

O Conselho Fiscal

Crisóstomo Aquino de Barros, Presidente
Daniela Brás Vigário Silva
José Tiago Sapage Meireles de Amorim

06



An aerial photograph of a river in Saint Louis, Senegal. A concrete dam with yellow railings is visible on the left. The river is surrounded by dry, reddish-brown earth and some green vegetation. A small boat is visible in the water near the dam. The title 'CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS' is overlaid in large white letters.

CERTIFICA- ÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO
E CONTAS
2015

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da Conduril - Engenharia, S.A. ("Empresa"), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 498.308.106 Euros e um total de capital próprio de 212.515.533 Euros, incluindo um resultado líquido de 6.171.538 Euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Conduril - Engenharia, S.A. em 31 de dezembro de 2015, bem como o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Porto, 14 de março de 2016



HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por Ana Raquel Borges L. Esperança Sismeiro (ROC 1126)



CONDURIL - ENGENHARIA, S.A.

Avenida Eng. Duarte Pacheco, n.º 1835
4445-416 Ermesinde - Portugal
T. +351 229 773 920
F. +351 229 748 668
geral@conduril.pt

CONDURIL ANGOLA

Rua 2 IL (ao Largo do Ambiente)
Município de Ingombota - Luanda - Angola
T. +244 222 310 153
F. +244 222 310 713
expgeralluanda@conduril.pt

CONDURIL MOÇAMBIQUE

Rua 1393 (Transversal da Av. José Craveirinha), n.º 120
Maputo - Moçambique
T. +258 214 831 20
F. +258 214 874 80
delegacao@conduril.co.mz

CONDURIL BOTSWANA

Tribal Lot 86 Portion 955 Isis Village
Tlokweng - Gaborone - Botswana
T. +267 319 02 53
F. +267 393 03 25
info@conduril.co.bw

CONDURIL ZÂMBIA

Plot 3817 Martin Mwamba Road
Lusaka - Zambia
PO Box 473 P/Bag E891 Manda Hill Lusaka Zambia
T. +260 211 291 441
zambia@conduril.pt

CONDURIL MALAWI

PO Box 40 Liwonde Malawi
Liwonde - Malawi
T. +265 994 956 884
malawi@conduril.pt

CONDURIL GABÃO

Quartier Oloumi, IMM. Xanadou - Bât Gauche, lot D3,
3^{ème} Étage, Port 301, BP 203
Libreville - Gabon
T. +241 01 76 39 53
gabon@conduril.pt